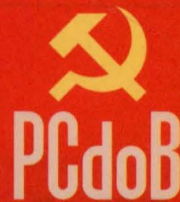


A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS

ANO 78 - Nº 233 - 29 de outubro de 2003 - R\$ 1,70

Páginas 3 e 4

Consolidar as direções estaduais

A chave do impulso do PCdoB nos próximos dois anos está nos comitês estaduais a serem eleitos

Página 5

Agnelo joga duro em defesa do esporte

O ministro do Esporte responde aos ataques e fala dos projetos futuros: "Transformar o Brasil na grande potência esportiva do continente americano"

Página 6

FÓRUM SOCIAL BRASILEIRO
UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL
um outro Brasil é necessário
DE 6 A 9 DE NOVEMBRO DE 2003
BELO HORIZONTE - MG - BRASIL

Um outro Brasil é necessário

O movimento social brasileiro fará, em Belo Horizonte, seu primeiro encontro de grande porte sob o governo Lula: o I Fórum Social Brasileiro, de 6 a 9 de novembro

Página 9



Bolivianos desafiam os EUA

A rebelião popular foi mais um revés para o imperialismo norte-americano na América Latina

Página 11

Novo sindicato para o novo tempo

O debate das regras da luta entre o capital e o trabalho interessa aos trabalhadores e às forças democráticas, patrióticas e progressistas do país. É fundamental garantir e ampliar direitos na reforma sindical e trabalhista

Moradia já!

A falta de moradias foi o principal tema da Conferência das Cidades. E Lula se compromete com este desafio

Lula fez um discurso emocionado na abertura da Conferência das Cidades, em Brasília, no dia 23 – ilustrou o grave problema da falta de moradias para os brasileiros lembrando que, quando morou em São Caetano do Sul, no ABC paulista, enfrentava os mesmos problemas que a imensa maioria dos brasileiros pobres enfrenta por morar em residências precárias. Um dia, ao chegar do trabalho, disse, não tinha mais casa: uma parede tinha desabado durante uma enchente.

Lula fez esse discurso emocionado para enfatizar sua intimidade com o problema central debatido na Conferência das Cidades: a falta de moradias dignas para os brasileiros. Principalmente para os brasileiros pobres, que ganham até o máximo de três salários mínimos e que, por isso, ficam à margem do mercado, sem chance de obter financiamento. Ou, quando obtêm, muitas vezes são incapazes de pagá-lo. Essa é a situação que leva aos 400 mil inadimplentes do sistema financeiro da habitação, lembra o dirigente comunista Vital Nolasco, membro da Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil, e que acompanhou de perto a organização da Conferência.

Este é um problema cuja solução exige a presença ativa do Estado, diz Vital, acentuando que a



Favelas e ocupações desordenadas, retrato da falta de moradia no país

situação atual decorre da opção neoliberal pelo Estado mínimo que deixou a solução do problema habitacional para o mercado. "O mercado não resolve para as pessoas de baixa renda, e só atende quem ganha mais de 15 mínimos", diz o dirigente comunista. Essa foi a grande discussão da Conferência, que aprovou também moções pela não renovação

do acordo entre o Brasil e o FMI e contra a Alca, encaminhadas ao governo federal.

A lembrança das agruras da juventude de Lula não vieram por acaso em seu discurso. O presidente quis reafirmar, com elas, seu compromisso com a solução desta chaga social. E, dirigindo-se ao presidente da Câmara dos Deputados, também presente, o deputado

João Paulo, do PT/SP, Lula cobrou a colocação em votação do projeto de iniciativa popular criando o Fundo Nacional da Moradia Popular, apresentado à Câmara dos Deputados há mais de 10 anos, e ainda nem debatido. Fui um dos que assinaram aquele projeto, disse Lula. E, ironizou: como não quero esquecer o que escrevi, quero que esse projeto seja aprovado.

EDITORIAL

O Consenso de Buenos Aires

O Consenso de Washington faz água há algum tempo, condenado pelas catástrofes sociais que sua aplicação gerou em todos os países que adotaram seu receituário. E a alternativa contra ele – e o projeto neoliberal, do qual é a principal expressão – começa a tomar corpo de forma consistente. Esta é a primeira conclusão que se pode extrair da decisão dos presidentes Nestor Kirchner, da Argentina, e Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, de divulgar o "Consenso de Buenos Aires", no dia 16, na capital Argentina.

Ao selar a aliança estratégica entre os dois grandes países do chamado Cone Sul, este documento aponta também para a consolidação da resistência à Alca, na forma como os norte-americanos tentam impô-la aos latino-americanos.

O Consenso de Buenos Aires define linhas de atuação que se contrapõe, claramente, aos dogmas

consignados por John Williamson no documento elaborado em 1989 sob influência do governo dos EUA e de agências multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial e que preconizava entre outras coisas o desmonte dos estados nacionais, as privatizações e a desregulamentação, naquilo que ficou conhecido como Consenso de Washington e que registrou a vitória das teses liberais do estado mínimo e da liberdade para o capital.

Os neoliberais apresentam suas teses como paradigma da modernidade. Mas o conflito entre esta concepção limitada e privatista da liberdade e a defesa da intervenção do Estado para promover desenvolvimento, é um conflito antigo. O filósofo alemão Georg Hegel já enfrentava, no começo do século XIX, os antepassados dos neoliberais que, na época, defendiam o Estado mínimo, forte apenas para defender os direitos sagrados dos proprietários

e a intocabilidade da propriedade privada. Contra eles, Hegel dizia que o Estado só se transforma em uma "comunidade ética" quando, além da propriedade, garante o bem estar de todos, o direito ao trabalho e o direito à vida.

Este foi o lado ao qual se alinharam os presidentes Kirchner e Lula ao definir os 22 pontos do Consenso de Buenos Aires. Ali estão registradas as exigências de integração econômica e física entre os dois países e os demais da América do Sul; a crítica à política externa de Bush (da questão ambiental à escalada guerreira); o combate ao protecionismo dos países ricos; a exigência de uma Alca equitativa e equilibrada; a defesa da entrada de Cuba num Mercosul fortalecido; o compromisso de pagar a dívida externa sem o sacrifício de nossas populações e de forma compatível com o desenvolvimento de nossos países.

Além dessas demandas, o Consenso de Buenos Aires tem, em sua base, a concepção de um Estado nacional ativo, cujo papel estratégico para a promoção do desenvolvimento, que seja capaz de combater a fome e a pobreza pelo crescimento econômico e pela criação de empregos.

É um sinal importante, dado justamente no momento em que a pressão norte-americana e de seus aliados pela manutenção do modelo neoliberal atinge um ponto crítico. E que aponta justamente no rumo oposto ao dessas pressões – o rumo da busca de um novo modelo de desenvolvimento para nossos países. E que, aparentemente, busca repor em seu lugar aquilo que foi enfraquecido pelo Consenso oposto, o de Washington, o do imperialismo. O papel do Estado neste aqui, como instrumento estratégico para alcançar os objetivos nacionais.

PCdoB

Mais de 2.300 filiações e 8 vereadores no Rio de Janeiro

MARCOS PEREIRA

As fileiras comunistas receberam oito novos vereadores no Rio de Janeiro, elevando a bancada para 14. O PCdoB recebeu neste ano mais de 2300 novas filiações.

Entre os novos vereadores está Milton Carlos da Silva Lopes, Cal, de Niterói, município estratégico, onde o Partido foi fundado em 1922. Cal foi eleito com 2.459 votos. Tem sua área de atuação entre os metalúrgicos, onde trabalha como contador. "O setor naval estava um caos. Aprovei uma lei que reduz o imposto sobre a indústria de 3% para 2% para criar empregos na área".

Em Conceição de Macabu ingressou o vereador Alex Monteiro Tavares. Também ingressaram os vereadores Marcelo Lopes, de Itaboraí; Ari Florenço do Amaral, de São João da Barra; e Genaro Eurico Rocha, de Valença. Recentemente o Partido tinha recebido as filiações dos vereadores Fernando Cid, de Nova Iguaçu; Renato Freixela, de Petrópolis; e Jorge Pinho, de Iguaba Grande.

O PCdoB está em 88 dos 92 municípios do estado, tendo formado 14 novos comitês municipais neste ano. Em Friburgo houve mais de 100 filiações na juventude. Também foram grandes as adesões em Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Valença, Campos, Resende, Angra, Magé, Seropédica, Mesquita e Paulo de Frontim.

Em São Francisco de Itabapoana filiou-se Walter Júnior, pré-candidato a prefeito, e mais 80 novos comunistas. Em Sapucaia foram dois ex-vereadores, Júlio César, também pré-candidato a prefeito, e Waldemiro Viana. Em Nova Iguaçu, além do vereador, ingressou o dono do jornal local, ZM Notícias, Manoel de Almeida, entre outros.

Também veio para o PCdoB o secretário de Saúde de Carmo, Dr. Porfírio de Souza Ferreira. Em Nova Friburgo, mais de 60 pessoas assinaram a ficha de filiação, entre elas Wallace Medeiros e Rafael Faustino. Em Volta Redonda, filiaram-se o pré-candidato a prefeito e presidente do Fundo Comunitário da cidade, João Streva; a líder comunitária Rosana Bergone; o ex-presidente da Câmara Municipal, Dr. Reinaldo Idalgo, e o subsecretário de Iluminação, Tião Leite, entre outros.

Em Conceição de Macabu entrou do secretário municipal de Turismo, Indústria e Comércio, Paulo Henrique, o presidente da Associação de Moradores e Produtores da Amorosa, Maurício Rocha, nove líderes comunitários e outros filiados. Em Tanguá, recebeu as filiações de Antônio Gilson, presidente da rádio Satélite, e Dora Jatarai, que foi candidata a deputada estadual com expressiva votação. O PCdoB também recebeu dezenas de filiações em

Barra do Pirai e Sumidouro.

Cresce a presença do Partido no meio operário, principalmente entre metalúrgicos. Na capital e Angra dos Reis é a principal força política entre os metalúrgicos e hoje disputa a liderança em Niterói, onde conquistou o Sindicato de Águas. Em Volta Redonda houve intenso crescimento entre os operários.

Na capital o PCdoB, além de ter a deputada federal Jandira Feghali como pré-candidata à Prefeitura, está construindo chapa própria de vereadores. Ingressaram várias lideranças, entre elas: Helena Ferreira, a professora Piragibi, Wilson Balthar, Dr. Camargo e Dilson Anaide, ex-PMDB.

Ingressaram o ator Ricardo Petraglia; Claudia Corbisier, filha do filósofo marxista Roland Corbisier; Carlos Antônio do Couto, na área da capoeira; Kassie Regina Neves, conselheira do Cremerj; Marcos Antônio de Queiroz, baraqueiro da feira dos nordestinos e radialista; Maria Elza Sarmento, liderança rodoviária; e Roberto Antônio Gambine, da UFRJ, além de militantes da juventude, do movimento comunitário, mulheres e operários.

O PCdoB pretende lançar candidatas a prefeito na capital, Caxias, Belford Roxo, Friburgo, São Francisco de Itabapoana e Sapucaia. Além disso, terá candidatas a vice-prefeitos e nominatas para vereadores.

CARTAS

Muro do apartheid - O muro que Israel continua construindo em territórios palestinos poderia até parecer um anacronismo, tendo em vista que desde a queda do Muro de Berlim, a construção de muros e cercas para dividir povos e países parecia estar fora da moda. Mas não é o que parece. A burguesia mundial e todos os arautos do "mundo livre" hurravam e blasfemavam contra o Muro de Berlim, mas, quando é o Estado sionista que resolve construir um "muro do apartheid", os imperialistas norte-americanos são os primeiros a serem coniventes com esta atitude.

Por falarmos em muros, e o muro de concreto de cerca de 240 km a separar a Coreia do Sul da Coreia do Norte, também construído pelos defensores do "mundo livre"? Sobre este empreendimento que divide o povo coreano há meio século, a burguesia mundial e seus arautos calam sempre.

(José Lourenço Cindra, Guaratinguetá - SP)

Coragem e transparência

Li com muita atenção os documentos do processo disciplinar publicado pela Classe Operária e fiquei impressionada com a coragem com que o PCdoB enfrentou de maneira transparente um problema tão delicado. Nada mais difícil que julgar os atos dissidentes de camaradas

valiosos e que merecem o nosso respeito. Mas, quando as razões pessoais se sobrepõem aos deveres com o coletivo, o Partido não pode se deixar vencer pela emoção. Estamos em luta permanente e não podemos enfraquecer a disciplina que garante a unidade.

Estou certa de que a atitude tomada pela direção do PCdoB vai reforçar ainda mais a confiança dos brasileiros na seriedade e coerência que mantém, quando o descrédito em relação "à política e aos políticos" é voz corrente na sociedade. O PCdoB tem marcado a sua conduta com exemplar dignidade, abrindo um novo caminho para a história do país.

O princípio do centralismo democrático é de difícil compreensão para quem ainda não distingue o ponto de vista individual daquele que é coletivo com todo o peso da realidade histórica, cultural, social, que compõe o conjunto de militantes.

(Zillah Branco, Itanhaém - SP)

Cartas para a redação devem ser enviadas para: **A Classe Operária** - a/c José Carlos Ruy, Al. Sarutaiá, 185 - Jd. Paulista São Paulo - SP CEP 01403-010. Ou para o endereço eletrônico classe@pcdob.org.br Por razões de espaço, as cartas não são publicadas na íntegra.

Crescimento vigoroso

Em Goiás a conferência ocorreu dias 25 e 26, o presidente do PCdoB, Marcos Araújo, foi "para cima", com sentimento unânime pelo crescimento partidário. Reuniões preparatórias ocorreram em 32 cidades, das quais 26 estiveram presentes na plenária estadual. Mais de 900 militantes foram mobilizados e mais de 1500 se filiaram desde a 9ª Conferência. O vereador Euler Ivo e a deputada estadual, Isaura Lemos, ambos do PDT, visitaram a reunião.

Em fase de crescimento vigoroso, o PCdoB de Rondônia realizou a sua 8ª Conferência Estadual, no município de Ji-Paraná, nos dias 11 e 12 de outubro. Participaram das assembleias de base e das conferências municipais 335 comunistas e foram realizadas conferências em oito municípios.

A Conferência aprovou a "luta pela paz e contra a guerra imperialista", deu a diretiva para "mobili-



A militância cresce

zar o povo rondoniense na campanha contra a Alca e em defesa da integração soberana da América do Sul e da América Latina" e para a necessidade de "alertar e conscientizar o povo sobre as ameaças que pairam sobre a Amazônia brasileira, defendendo o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional", além de "atuar politicamente para reforçar o governo Lula para que este tenha êxito na condução das mudanças". Os delegados e delegadas aprovaram a orientação de "atuar pela

unidade das forças de esquerda e democráticas de nosso Estado... na oposição ao governo Ivo Cassol (PSDB), buscando criar uma alternativa democrática e avançada para Rondônia", e "envidar esforços para unificar os movimentos populares e sociais rondonienses na Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)" de Rondônia, a ser criada.

Sobre as eleições de 2004 foi aprovado que o Partido deve "atuar pela unidade das forças de esquerda e das forças democráticas, e ao mesmo tempo deve ter como objetivos a afirmação e o fortalecimento eleitoral do PCdoB". O Partido deve lançar candidatas a vereador em vários municípios e tem pré-candidatas a prefeito em Porto Velho, Vilhena e Espigão do Oeste.

O novo Comitê Estadual, com 29 titulares e 7 suplentes, representa a renovação e o fortalecimento do Partido em Rondônia.

AGENDA

31/10, 1 e 2/11
Conferência Estadual - SP

01/11
Conferência Estadual - AL

Conferência Estadual - TO

01 e 02/11
Conferência Estadual - MG

06, 07, 08 e 09/11
Fórum Social Brasileiro - MG

07 a 09/11
Conferência Estadual - PA

07 e 08/11
Conferência Estadual - PI

08/11
Conferência Estadual - AC

Conferência Estadual - PR

08 e 09/11
Curso: a história do pensamento revolucionário, no IMG - SP

08 e 09/11
Conferência Estadual - BA

Conferência Estadual - CE

Conferência Estadual - MA

Conferência Estadual - PA

Conferência Estadual - PE

Conferência Estadual - SE

09/11
Conferência Estadual - MS

12, 13 e 14/11
Eleição para o DCE da Unesp - SP

14 e 15/11
Conferência Estadual - RJ

14, 15 e 16/11
Conferência Estadual - ES

15/11
Conferência Estadual - RR

Conferência Estadual - SC

15 e 16/11
Conferência Estadual - RN

Conferência Estadual - RS

16/11
Conferência Estadual - DF

19/11
Eleição para a Apeoesp - SP

21/11
Eleição e posse da direção - IMG - SP

22 e 23/11
Conferência Estadual - MT

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNEM-SE

A Classe Operária



DIRETOR JOÃO AMAZONAS (1912-2002), JORNALISTA RESPONSÁVEL PEDRO DE OLIVEIRA (MTB 9813SP), EDIÇÃO JOSÉ CARLOS RUY, CARLOS POMPE, EDVAR BONOTTO, RENE FERES, DIAGRAMAÇÃO MARCO TEIXEIRA, ADMINISTRAÇÃO ERANC MOSEMEIA, ANDRADE MATARAZZO/ ALAMEDA SARUTAIÁ 185 JARDIM PAULISTA SÃO PAULO SP CEP 01403-010 TEL. 011 3054 1800 classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

CDM
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Comitês Estaduais: consolidação, coesão, renovação

Conferir maturidade ao Partido enquanto corrente política, ideológica e organizativa em cada Estado

WALTER SORRENTINO *

A 9ª Conferência fez importantes indicações sobre a política de quadros e sua incidência para o papel dos comitês dirigentes partidários. Isto está na ordem do dia, na reta final das Conferências Estaduais, que elegerão os órgãos dirigentes em todos os Estados, capitais e nos maiores municípios do país. E a chave que define o tamanho e qualidade do impulso do PCdoB nos próximos dois anos está nos comitês estaduais a serem eleitos.

Num olhar retrospectivo, a dialética concreta de nosso percurso nesse terreno nas últimas décadas é reveladora. Ele tem suas origens em 1978, quando se reorganiza a direção nacional. A Chacina da Lapa, após o fim da experiência do Araguaia, e o enfrentamento político e ideológico com a corrente liquidacionista, levou a uma nova direção nacional, eleita no 6º Congresso, em 1983. Estabeleceu-se então a exigência de construir direções estaduais sólidas, organizando o Partido em todo o país.

Esse processo teve enorme êxito e culminou no 9º Congresso, com o PCdoB organizado em todos os Estados. E com um Comitê Central e Comitês Estaduais maduros nos maiores Estados. Anteriormente, em 1992, no 8º Congresso, reafirmamos o leninismo como concepção partidária, e data de 1997 a consigna de um partido de feições modernas e nosso diagnóstico de uma defasagem nos planos ideológicos e organizativos da atividade partidária, que nos levou desde então a estabelecer os Planos de Estruturação Partidárias. Enfim, para constituir um sistema de direção coeso, em bases amplamente democráticas, reforçando o papel do centro único nacional. Estamos agora entrando no 5º Plano e visamos tornar definitivos e legais todos esses Comitês e estruturar o Partido em todos os municípios com mais de 100 mil habitantes.

Trata-se de um processo perene, duradouro. A consigna central é de consolidação e avanço no papel dos Comitês Estaduais. Eles precisam conferir maturidade ao Partido enquanto corrente política, ideológica e organizativa com características próprias no cenário de cada Estado. Isso implica em desenvolver o pensamento político, os marcos e esforços ideológicos e organizativos para superar as defasagens.

Nos marcos da nova realidade política em que o PCdoB é chamado a responsabilidades ampliadas, os comitês estaduais são pólos para elevar a confiança dos comunistas na linha partidária, com base na Confiança que se constrói com a comprovação prática do acerto dessa linha, seu estudo aprofundado, seu desenvolvimento para todos os campos de atuação, e estimulando sua maior elaboração a partir de uma rica atividade na luta de idéias e de ligação com as massas, dirigindo suas lutas.

Aí se apóia a exigência de elevar a unidade do Partido em torno dessa linha. Isso é da essência de qualquer direção partidária. As direções são uma construção coletiva de todos os militantes, destinada a instituir um centro único de direção, democraticamente eleito, e sua missão primeira é aplicar, defender e desenvolver a linha política do PCdoB. Essa é uma necessidade atual para as eleições de comitês estaduais: a de que estabeleçam a unidade partidária em patamar mais elevado, à base do centralismo democrático, de

disciplina, e da articulação dos projetos políticos do Partido e de cada uma de suas lideranças, sob o comando de um centro de direção eleito por todos, para agir em nome de todos. Esta é uma componente essencial para o que o PCdoB alcance, nos próximos dois anos, novo patamar de força e de inserção no movimento real.

A composição dos Comitês Estaduais precisa combinar equilibradamente o fator renovação e o fator permanência. Permanência que indica reconduzir aos comitês quadros maduros na compreensão dessas exigências; renovação que indica promover quadros novos para estimular seu papel e responsabilidades ampliadas, impulsionar ou estabelecer novas frentes de trabalho. A renovação não diz respeito apenas à renovação de pessoas, mas a dos papéis que elas desempenham. Os quadros dirigentes devem ter papéis concretos no âmbito do comitê e do plano de estruturação estabelecido para o Estado. Portanto, em sua composição, devemos integrar não só os mais capazes e comprometidos, as lideranças partidárias, mas também forças novas para reforçar e impulsionar frentes internas e externas da atuação partidária. Uma questão para a renovação é o da composição social e de gênero das direções, mantendo em vista uma visão estratégica e de longo prazo. Isso indica a necessidade de elegermos mais trabalhadores, mulheres e jovens para os comitês estaduais.

Quanto aos operários e operárias, o PCdoB reforçou sua atuação nos últimos anos nos Estados de maior importância industrial. Levar operários e operárias à direção é um modo de ajudá-los em sua formação e também de ajudar o Partido, reforçando seu caráter de classe, a linha de maior protagonismo político na luta social, e em geral o caráter disciplinado e consciente da atuação militante.

Outra é a questão das mulheres. O movimento de emancipação das mulheres mudou a face do mundo. Emancipação ainda truncada e barrada sob o capitalismo, mas que pôs o contingente feminino como uma força cada vez mais ativa em todos os campos de atividade. Também no Partido isso ocorreu. Na base do trabalho partidário, o percentual de mulheres é elevado e elas estão entre nossas mais representativas lideranças partidárias, inclusive campeãs de voto. Mas, quando se "sobe" na estrutura partidária, menor fica esse percentual. Precisamos de mais mulheres conscientes nas direções partidárias!

Por último, os quadros jovens. O PCdoB, hoje, vai fazendo uma transição geracional em suas fileiras dirigentes. A renovação de quadros de direção em geral, e a indicação de membros jovens integra esse movimento. O PCdoB é a corrente mais enraizada e organizada entre a juventude, tendo aí um manancial de quadros que precisam ser formados e temperados na luta. Sua eleição aos comitês estaduais, como vem ocorrendo no Comitê Central, é um poderoso estímulo para essa formação, e um prefigurador do PCdoB que teremos no futuro. Devemos ser audazes nesse processo de

eleger mais jovens aos comitês estaduais.

Ao lado das premissas de composição dos comitês estaduais, avulta a necessidade de adequados métodos e estilos de direção. É muito mais freqüente do que o desejável, em nossa experiência, verificar que se entrava a atuação do partido por insuficiente atenção a esse aspecto. Um indicador claro em nossa experiência é a noção avançada de que as direções em geral, o comitê estadual em particular, precisam ter o papel de coordenar o projeto político do Partido e de cada uma de suas frentes. Isso dá ao trabalho de direção um caráter mais largo e inclusivo, combinando autoridade e persuasão no rumo definido pelo projeto político coletivo. Isso não convive com um dado de nossa experiência: métodos fechados, burocráticos, mandonistas, tratamento sectário entre os quadros de direção, que estiolam a atividade partidária. Se levamos em conta as indicações do 10º Congresso e da 9ª Conferência, podemos superar um sem número de situações de falta de unidade e coesão nas fileiras partidárias.

Outro dado já bem sistematizado é que, sendo o Partido um sistema de organizações, o próprio processo de direção se constitui num sistema. Hoje, a chave para o sucesso dos comitês estaduais é apoiar-se em um conjunto de comitês municipais nos maiores municípios, e compor comissões capazes em apoio ao trabalho executivo. Sem isso, a direção estadual fica carente de instrumentos.

Nesse sistema de direção, é preciso uma justa combinação entre o papel das comissões políticas e o trabalho executivo do secretariado. As comissões políticas não se limitam à discussão política, negligenciando os processos ideológicos e organizativos da estruturação partidária. Os secretariados, por sua vez, coordenam o trabalho executivo das secretarias. Nem sempre encontramos essa justa combinação. Nos últimos anos, particularmente, se enfraqueceram os núcleos executivos, em correlação com o melhor papel cumprido pelas comissões políticas. Os núcleos executivos não podem ser fragilizados em sua composição. Ao contrário, é preciso reforçá-los. Salvo situações onde o Partido e sua direção são mais maduros e desenvolvidos, a regra neste momento é concentrar forças para um trabalho de direção executiva composto por quadros que tenham essa prioridade.

O central não é ter pessoas providenciais, mas processos de direção integrados, contando com as secretarias fundamentais, comissões auxiliares em apoio, infraestrutura para cada qual cumprir os papéis determinados. A articulação desses vetores precisa ser construtiva. Nada nasce pronto, e nem sempre é possível dar saltos, mas precisamos traçar caminhos e meios para alcançar essa articulação nos próximos dois anos de mandato, com ousadia e descortino. (A íntegra deste texto está em www.vermelho.org.br)

*secretário de Organização do Comitê Central do PCdoB

Levar operários e operárias à direção é um modo de ajudá-los em sua formação e também de ajudar o Partido, reforçando seu caráter de classe

Elza Monnerat, veterana comunista, completa 90 anos

ANA ROCHA*

No último dia 19, um domingo de sol na serra fluminense, em um sítio em Teresópolis, reuniram-se várias gerações da família Monnerat e representantes do PCdoB. O motivo do encontro foi o aniversário de 90 anos da veterana comunista Elza Monnerat, a militante, a dirigente, a combativa ex-guerrilheira do Araguaia.

Entre o riso das crianças e a conversa de parentes que não se viam há anos, e com muita estória para contar. Desde pequena, Elza se

distinguiu pela determinação de objetivos e pela solidariedade aos mais humildes. Após a morte do pai, assumiu a responsabilidade pela educação dos irmãos. Sempre teve brilhantismo na função de educadora e a marca do perfeccionismo na escrita, uma característica que pôs em prática em sua militância política.

Quando jovem, Elza foi montanhista e, relembando esse passado, ela quis, no dia dos seus 90 anos, subir em uma pedra pela qual, segundo uma de suas sobrinhas, ela

tinha predileção, e onde plantou várias espécies de orquídeas.

Embora debilitada pelo peso da idade, Elza participou da festa atenta a todos, e até mesmo corrigindo imprecisões na descrição de fatos, nas conversas informais que se fazia à sua volta. Apagar as vela ficou por conta das crianças que disputavam seu espaço junto àquela velhinha simpática, que muito tem a ensinar com sua história de luta.

*presidente do PCdoB/RJ



Elza (no detalhe) ladeada por jovens que foram homenageá-la

Diretrizes do 5º Plano de Estruturação Partidária

As diretrizes identificam desafios nacionais a serem enfrentados dentro da visão estruturada do PEP

SECRETARIADO NACIONAL DO PCdoB

O Secretariado Nacional aprovou o conjunto de diretrizes políticas dirigidas aos Estados para elaboração do 5º Plano de Estruturação Partidária - PEP, para o período de 2004/2005, coincidindo com o mandato das direções a serem eleitas nas Conferências Estaduais.

Essas diretrizes identificam os desafios nacionais que os Comitês Estaduais devem enfrentar dentro da visão estruturada do PEP.

Diretrizes que, no âmbito do Estado, se somam aos desafios específicos que os Comitês Estaduais se proponham enfrentar e devem ser transformados em objetivos, metas e projetos a serem aprovados nas Conferências Estaduais.

O cronograma prevê que os Estados enviem seus PEPs até o dia 3 de dezembro para a Comissão Nacional de Organização - CNO. Entretanto, contamos com a possibilidade de que os Comitês Estaduais enviem os seus planos imediatamente após a realização da Conferência, agilizando a sistematização por parte da CNO.

Diretrizes do Comitê Central aos Comitês Estaduais para elaboração do 5º PEP (2004/2005)

ORGANIZAÇÃO

PC de massas grande, estruturado em OBs

1. Foco principal do trabalho entre os trabalhadores, juventude e intelectualidade, desdobrado em políticas de formação, comunicação e outras.
2. Fortalecer e estruturar o Partido no curso das lutas políticas e sociais.
3. Estruturar o Partido em todos os municípios com mais de 100 mil eleitores.
4. Incentivar o funcionamento (reuniões) regulares das OBs.
5. Construir OBs nos maiores municípios e nas grandes empresas.
6. Renovar e fortalecer as direções partidárias.
7. Aperfeiçoar mecanismos de planejamento e controle da estruturação.
8. Todos os CEs devem ser legalizados.
9. Fortalecer as Secretarias e comissões auxiliares de todas as frentes. Constituir a Secretaria de Relações Institucionais.

FINANÇAS

Assentar em bases políticas a sustentação partidária

1. Estimular a contribuição de todo militante ao Partido.
2. Ampliar a base de contribuição do Sincom.
3. Incorporar a contribuição de cargos institucionais (governo, sindicatos etc).
4. Diversificar as fontes de recursos com base no trabalho político do Partido.
5. Identificar orçamento específico e fontes garantidoras para todos os projetos previstos.
6. Construir comissões de finanças capazes de gerir política e tecnicamente a frente.
7. Implantar o orçamento programa.

COMUNICAÇÃO

Divulgar para milhões as idéias e bandeiras do PCdoB

1. Priorizar e difundir os instrumentos do sistema nacional de comunicação.
2. Criar meios de divulgação voltados aos trabalhadores.
3. Todos os militantes devem ter acesso ao jornal A Classe Operária.
4. Todos os Estados devem disponibilizar instrumentos de comunicação do Partido com as massas.
5. Ampliar acesso ao portal Vermelho e Partido Vivo.
6. Criar sucursais da comunicação nos Estados.
7. Vincular as cadeias de TV com ações locais.

FORMAÇÃO E PROPAGANDA

Protagonismo na luta de idéias e elevação do nível político e teórico do coletivo

1. Estruturar e dinamizar as sessões estaduais do IMG.
2. Ampliar a formação básica para os novos filiados.
3. Desenvolver formação específica para os trabalhadores, em especial os operários.
4. Estruturar a escola nacional com sessões estaduais e regionais.
5. Eleger em cada CE secretários de formação e propaganda e comissão auxiliar.
6. Aumentar a circulação da revista Princípios e publicações da Editora Anita nos Estados.
7. Avançar na ação coordenada entre comunicação e propaganda.

SINDICAL, JUVENTUDE E MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS

Diretrizes gerais para as Frentes de massas

- a) Ser protagonista das lutas do povo brasileiro - participar da Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS e dos fóruns e campanhas nos estados e municípios.
- b) Politizar a intervenção de acordo com o novo quadro político vigente - preservando a autonomia dos movimentos sociais e intensificando o "apoio ao governo Lula" na condução das mudanças.
- c) Intensificar a ação política de massas do Partido na luta concreta do povo, articulando as lutas específicas com as lutas gerais (contra Alca, pela Paz, contra o Imperialismo, etc.).

SINDICAL

Fortalecer o Partido entre os trabalhadores

1. Fortalecer o Partido com prioridade nos ramos estratégicos - metalúrgicos e petroleiros.

2. Construir o Partido nas maiores empresas de cada Estado, principalmente nos centros de maior concentração operária.

3. Organizar e fortalecer a CSC e aumentar a circulação da revista Debate Sindical.

4. Manter, consolidar e conquistar novas posições na CUT, Federações, Confederações e Sindicatos visando disputar a sua hegemonia.

5. Promover cursos para elevar o nível de formação política e ideológica para as lideranças sindicais através do CES e do IMG.

JUVENTUDE

Avançar na ação política de massas e na construção da UJS

1. Todo jovem comunista deve atuar na UJS e os quadros jovens nas direções da UJS.

2. Debater a resolução sobre juventude do CC e as resoluções do Encontro Nacional "Partido e Juventude", superando os entraves para sua aplicação.

3. Organizar e formar os jovens comunistas, interagindo com as frentes de organização e formação e propaganda.

4. Atuar na área de políticas públicas de juventude.

5. Desenvolver estudos sobre a juventude brasileira.

6. Definir secretários de juventude nos CE's e aperfeiçoar o trabalho de direção.

MOVIMENTOS POPULARES E SOCIAIS

Ampliar a inserção do Partido nos setores populares (trabalhadores, mulheres, jovens e negros) e ampliar a construção partidária a partir das lutas nos setores populares

1. Ampliar a inserção do Partido na luta pela Reforma Urbana.

2. Ampliar a inserção do Partido na luta pelo direito à saúde.

3. Fortalecer a atuação do Partido na luta anti-racista.

4. Desenvolver a elaboração coletiva do Partido para as frentes dos movimentos populares e sociais.

5. Fortalecer a inserção na luta pelo direito à educação, cultura, esporte e lazer.

6. Fortalecer a atuação do Partido na luta emancipacionista da mulher.

7. Constituir secretarias dos movimentos sociais e populares nos comitês estaduais.

8. Fortalecer o trabalho do Partido na frente comunitária.

9. Fortalecer o trabalho do PCdoB na Conam, UBM, U Negro e CMS.

10. Trabalhar com a revista **Presença da Mulher**.

São Paulo, 20 de outubro de 2003

Partido que cresce precisa se planejar

Nas Conferências Estaduais, o Partido aprovará seu plano de atuação para o próximo biênio

A partir da realização da 9ª Conferência Nacional, em junho de 2003, e no curso do processo das Conferências Estaduais ordinárias, o PCdoB tem obtido um grande crescimento, quantitativo - 20.000 filiados - e qualitativo - alcançando mais de 280 vereadores, atraindo um conjunto de lideranças políticas, do proletariado, da juventude, do esporte, da cultura, além de dirigentes sindicais e intelectuais. O PCdoB está hoje presente em praticamente todos os municípios com mais de 100.000 habitantes.

Vivemos o momento de maior crescimento do Partido, em nossa larga história e, ao lado disso, persiste o constante e permanente esforço para a sua estruturação e fortalecimento.

A resolução da 9ª Conferência indica essa "nova etapa na acumulação de forças do Partido, que aponta para a renovação de linhas de trabalho em sua estruturação" como exigência "para a construção da hegemonia política e ideológica no movimento transformador".

No curso das Conferências Estaduais, o Partido é chamado a aprovar o seu plano de atuação para o próximo biênio, que terá seu desenvolvimento no novo ciclo aberto com a eleição de Lula, e que nos coloca grandes possibilidades e desafios políticos. Dois momentos se destacam e demarcam as ações do plano: as eleições de 2004 e a realização do 11º Congresso do PCdoB.

Dois momentos destacam e demarcam as ações do PEP: as

eleições de 2004 e a realização do 11º Congresso

Para as eleições de 2004, o PCdoB pretende ampliar sua base eleitoral e firmar sua fisionomia própria tendo por base a necessidade de fortalecer a sustentação do governo Lula, visando seu êxito na condução das mudanças necessárias para o Brasil, respondendo ao anseio de um novo ciclo de desenvolvimento nacional, em ruptura com as políticas neoliberais.

Com o entendimento dessa realidade e com as justas orientações da 9ª Conferência Nacional, o Secretariado do Comitê Central aprovou o conjunto de diretrizes que orientam os Comitês Estaduais para elaboração do 5º PEP para o período de 2004/2005.

Mantém-se a concepção, que

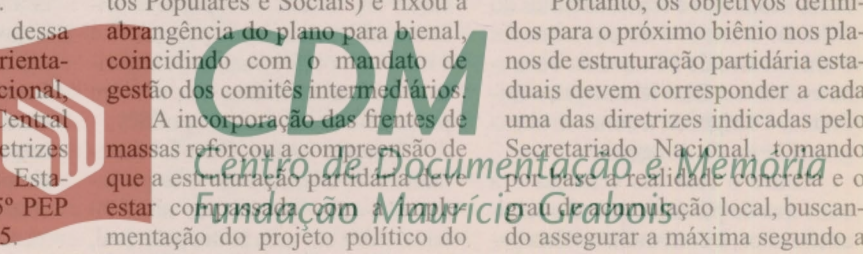
nos guia desde o 1º PEP, em 1999, ainda somente com as frentes internas do Partido (Organização, Finanças, Formação e Propaganda), de conseguir - através de um plano conjunto e articulado - uma abordagem multilateral e concreta para a estruturação e fortalecimento do Partido. Houve um aprimoramento a partir do 4º PEP, que incorporou as Frentes de Massas (Sindical, Juventude e Movimentos Populares e Sociais) e fixou a abrangência do plano para bienal, coincidindo com o mandato de gestão dos comitês intermediários.

A incorporação das frentes de massas reforçou a compreensão de que a estruturação partidária deve estar fundamentada na implementação do projeto político do Partido, tendo a ação política e de

massas como um elemento impulsionador desse projeto. É no curso da luta política que o PCdoB cresce, se estrutura e se fortalece.

Ao apresentar as diretrizes políticas para a elaboração do 5º PEP, o Secretariado Nacional estabelece as linhas que devem ser desdobradas no âmbito dos Estados em objetivos, projetos e metas do Partido, concatenando e concentrando o plano de gestão do Comitê Estadual.

Portanto, os objetivos definidos para o próximo biênio nos planos de estruturação partidária estaduais devem corresponder a cada uma das diretrizes indicadas pelo Secretariado Nacional, tomando por base a realidade concreta e o plano de implementação local, buscando assegurar a máxima segundo a qual "planeja quem executa".



ENTREVISTA

Sob ataque cerrado

O ministro Agnelo Queiroz responde aos ataques à sua gestão e fala dos planos do Ministério do Esporte

O ministério do Esporte está no centro do noticiário – pela campanha da imprensa contra o ministro Agnelo Queiroz e sua gestão e, pelo menos desde os Jogos Pan-Americanos, pelo sucesso da equipe brasileira, que quebrou recordes de medalhas. O ministério e seu titular, o comunista Agnelo Queiroz, tornaram-se conhecidos em todo o país por esse trabalho vitorioso apesar de ter o menor orçamento da União. Recursos escassos, mas aplicados com muita criatividade, e que destinou mais recursos para o esporte social do que para outras atividades de maior visibilidade. É uma campanha que parece organizada – os materiais se repetem em jornais pelo país a fora, como uma onda, denegrindo o ministro e o trabalho realizado. E a característica marcante de Agnelo Queiroz – seu alto astral – se manifesta aqui: em meio ao ataque cerrado, o ministro sacode a poeira e fala dos planos. Afinal, há muito trabalho a ser feito (Entrevista a Rita Polli)

A Classe Operária: As declarações da jogadora Paula, depois de sua demissão do cargo de secretária nacional de Esportes de Alto Rendimento, colocaram seu ministério sob um ataque cerrado...

Agnelo Queiroz: Pois é, ela pediu para sair por sentir que não tinha o perfil mais político e de articulação necessários à frente de uma secretaria como a de Alto Rendimento. Ela demonstrou interesse em ficar mais na base e tratar da sua modalidade específica, que é o basquete. Por isso, estranhei muito sua atitude, de dar declarações contra o ministério, e que atingem o próprio governo. Nossa relação sempre foi muito boa, apesar dos problemas naturais que decorrem de dificuldades como as que o ministério enfrenta, principalmente pela escassez de recursos. Mas a relação era boa e respeitosa. Daí minha estranheza.

Mesmo porque ela deu uma contribuição muito importante nesse período de cerca de seis meses durante os quais tivemos uma excelente relação, assim como com toda a equipe. É evidente que respeitamos inteiramente essa opção e esperamos poder contar com a ajuda dela em outras áreas e em outras oportunidades, já que se trata de uma atleta valiosa do nosso esporte.

A Classe Operária: A que o senhor atribui a forte repercussão daquelas declarações?

Agnelo Queiroz: Nosso Ministério incomoda muitos interesses. Passamos a exigir prestação de contas para as despesas feitas, fizemos um enorme esforço para moralizar



Antonio Milena

Agnelo quer fazer do Brasil uma potência esportiva

o esporte... Além disso, com poucos recursos, temos obtido grandes êxitos, não só com vitórias no esporte, como ocorreu nos Jogos de Santo Domingo, mas principalmente na área social. Somente o programa Segundo Tempo já atende a mais de 250 mil crianças em todo o país, e isso tem uma repercussão social enorme. Acho que tudo isso contraria interesses. E estão pegando duro em torno de um erro administrativo, que assumimos e imediatamente tomamos as medidas para consertar (ver a nota do Ministério, nesta página).

A Classe Operária: Seu ministério tem planos e projetos em andamento. A viagem a Cuba deu resultados?

Agnelo Queiroz: A viagem inaugurou uma fase muito proveitosa para os dois países e permitiu que a delegação conhecesse com profundidade o sistema esportivo cubano. Mantivemos contato com todas as áreas do esporte, principalmente o de rendimento e o esporte escolar. Visitamos áreas de lazer e também centros científicos de preparação alimentar dos atletas, além de laboratórios antidoping.

Classe: Foram firmados acordos entre os dois países?

Agnelo: Sim. Fizemos um convênio de cooperação entre as modalidades com maior afinidade. O presidente da Federação Brasileira de Ciclismo, Bruno Caloi, e o da Federação de Canoagem estavam na comitiva e partilharam conhecimentos nessas modalidades. Acertamos uma agenda de ação. Nas próximas semanas deverá nos visitar uma equipe com o objetivo de tratar o esporte como instrumento da formação do cidadão para a inclusão social. Teremos a ajuda de Cuba para implantar ainda este ano o primeiro

Centro Esportivo de Altos Rendimentos em Manaus/AM.

A Classe Operária: E o futebol, eles são receptivos ao aprendizado do nosso esporte mais popular?

Agnelo Queiroz: Eles gostam muito do nosso futebol, apesar de essa não ser a modalidade principal em Cuba. Eles são especialistas de beisebol e basquete e têm também força no voleibol e nos esportes olímpicos em geral. Já começaram entendimentos para receber e treinar técnicos cubanos. Ainda este ano haverá um jogo entre o time nacional cubano e o nosso Corinthians. Pretendemos montar uma escola de futebol lá.

A Classe Operária: A viagem coincidiu com a ida do presidente Lula...

Agnelo Queiroz: Tanto Fidel como Lula têm paixão pelo esporte e dão ao tema a importância merecida. Cuba chama a atenção pela sua política exitosa nos esportes. Existe uma política para o esporte que atinge os cerca de 11 milhões de habitantes em todas as faixas etárias. A escola de esporte e o esporte estudantil alcançam aproximadamente 2 milhões de jovens, dos quais são escolhidos 250 mil e entre estes selecionam-se os 2 mil mais talentosos. Eles encaram a prática esportiva como fator de desenvolvimento humano e como ferramenta para a integração social.

A Classe Operária: Como está sendo feita a preparação para o Pan-Americano de 2007 no Rio de Janeiro?

Agnelo Queiroz: O Brasil vai contar com mais equipes e mais patrocínios e intercâmbios. O planejamento global acontece a partir do Ministério do Esporte e envolve todas entidades esportivas na preparação. Se contarmos com a aprovação do projeto de lei da bolsa atleta, de minha autoria, pelo Congresso Nacional, teremos a valorização do esporte individual.

A Classe Operária: E as olimpíadas de 2004? Há relação entre a delegação do Pan e a das Olimpíadas?

Agnelo Queiroz: Para o próximo ano temos uma expectativa de grande melhora no desempenho. Mas acreditamos mesmo fazer a diferença nas Olimpíadas de 2008, em Pequim, e nas de 2012, da qual somos candidatos a sediar. Vamos transformar o Brasil na grande potência esportiva do continente americano.

O esporte ajuda o Brasil a ser conhecido e respeitado. Cada medalha ganha por um atleta nosso carrega como símbolo os milhares de outros praticantes daquela modalidade em todo o país.

“Agnelo merece confiança”

ENTREVISTA COM RONALD FREITAS

Os êxitos obtidos pelo ministro do Esporte, o comunista Agnelo Queiroz, a moralização e o fortalecimento do esporte, tudo isso pode ter contrariado interesses que, apoiados em um equívoco administrativo, tentam criar uma causa célebre, diz Ronald Freitas, do Secretariado Nacional e da Comissão Política Nacional do PCdoB, responsável pelo acompanhamento institucional da ação do Partido. (José Carlos Ruy)

A Classe Operária: O ministério do Esporte está no centro de um temporal, cujo foco são problemas relativos ao uso de diárias durante os últimos jogos Pan-Americanos. Como você vê esta questão?

Ronald Freitas: O ministério do Esporte vem sendo dirigido pelo companheiro Agnelo Queiroz com êxito. Anteriormente, esse ministério vinha sendo uma pasta de menor expressão mas, sob a gestão de Agnelo, foi alçada a um patamar novo como importante instrumento de execução da política de inclusão social do presidente Lula. Haja visto o programa Segundo Tempo, que está sendo implementado atingindo dezenas de milhares de crianças que praticam atividades esportivas depois do horário normal de aula, usando equipamentos públicos e privados que estabelecem convênios com o ministério.

A Classe Operária: Como você avalia a gestão do ministro do Esporte?

Ronald Freitas: Agnelo deu grande realce ao ministério. Basta ver o desempenho brasileiro durante os jogos de Santo Domingo, onde o Brasil quebrou seus recordes de medalhas. O orçamento pequeno não impediu que o ministério tenha uma atuação de destaque. Tem dado, por exemplo, seqüência, e ampliado, o alcance de programas como Pintando a Liberdade, que significa a produção de material

esportivo (como bolas, camisetas etc) por presidiários. Esse material é usado em programas como o Segundo Tempo e em várias outras iniciativas. Tudo feito com o menor orçamento da República e com criatividade. Atuação que coloca seu ministério como um dos mais bem avaliados nas pesquisas de desempenho do governo.

A Classe Operária: E as acusações de uso indevido de diárias?

Ronald Freitas: O episódio das diárias já foi devidamente esclarecido pelo ministério do Esporte em nota oficial. Todos os aspectos referentes a este caso devem ser resolvidos pelo Ministério, como é de sua competência.

A Classe Operária: A campanha da imprensa procura lançar dúvidas sobre o ministro...

Ronald Freitas: Agnelo é um quadro experiente de nosso Partido. Deputado por quatro legislaturas (duas distritais, por Brasília, e duas como deputado federal), ele construiu uma liderança política que o transformou num dos políticos populares mais expressivos do Distrito Federal. E que, depois de assumir o ministério do Esporte projetou-se nacionalmente de forma destacada. Agnelo, por toda sua trajetória política e desempenho atual, é merecedor de toda confiança.

A Classe Operária: A que você atribui as acusações feitas contra o ministro?

Ronald Freitas: Agnelo também conseguiu, nestes poucos meses à frente do ministério, um grande feito moralizador do nosso futebol, com a aprovação do Estatuto do Torcedor. Creio que, seja pelos êxitos obtidos, seja pelas iniciativas legislativas de moralização do esporte, tudo isso possa ter contrariado interesses que procuram utilizar-se de um equívoco administrativo e transformá-lo numa causa célebre.

NOTA OFICIAL

Ministério do Esporte esclarece procedimentos na participação no PAN

Com a intenção de esclarecer procedimentos relacionados à sua participação nos recentes Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo, o Ministério do Esporte informa o seguinte:

- O ministro Agnelo Queiroz e a Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento, Maria Paula Gonçalves da Silva, participaram do evento como membros da Delegação Brasileira, representando o Governo do Brasil neste que é o maior acontecimento do esporte olímpico das Américas.

- Como de praxe, a viagem foi custeada pelo Ministério do Esporte. Exceto, porém, no tocante à hospedagem que, sem prévia consulta, ficou por conta do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), entidade organizadora do evento, pelo lado brasileiro.

- Ao tomar conhecimento deste fato, que revela quebra de rotina, o ministro Agnelo Queiroz determinou ao Ministério o reembolso ao COB da quantia correspondente ao valor da hospedagem, de acordo com o Art. 1º do Decreto 3.643/00, procedendo, também, à restituição de 50% das diárias adiantadas. Além disso, determinou a apuração das razões que levaram à quebra de rotina.

- O processo não acarretou nenhum prejuízo aos cofres públicos. Embora não caracterize ilegalidade, o ministro levou em conta o fato de que o Governo e as entidades esportivas, embora atuando juntos por objetivos comuns, devem fazê-lo de modo independente. Assessoria de Comunicação Social

Fundação Maurício Grabois
Brasília, 22 de outubro de 2003

I FÓRUM SOCIAL BRASILEIRO

“O Brasil te espera em Belo Horizonte!”

O grande desafio será o fortalecimento do movimento social brasileiro.

ANA MARIA PRESTES*, DE BELO HORIZONTE

O movimento social brasileiro realizará seu primeiro encontro de grande porte um ano após a eleição de Lula para a Presidência da República, o I Fórum Social Brasileiro, que vai acontecer em Belo Horizonte, entre os dias 6 e 9 de novembro de 2003. Sob o lema “Um Outro Mundo é Possível e Um Outro Brasil é Necessário” cerca de 20 mil pessoas passarão três dias reunidas no eixo UFMG – Mineirinho, no complexo da Pampulha, buscando construir um “belo horizonte” para as lutas em curso na sociedade brasileira e no mundo.

O Fórum Social Brasileiro é um desdobramento do Fórum Social Mundial, que aconteceu por três anos seguidos na cidade – com um nome não menos sugestivo – de Porto Alegre. Seu êxito foi ter colocado em evidência as contradições da globalização neoliberal, confrontando os representantes do Fórum Econômico Mundial de Davos. O último FSM contou com mais de 100 mil participantes, de 156 países e 5.717 organizações.

O Fórum Social Mundial extrapolou seus próprios limites e não se bastou em encontros anuais. No seu “processo”, como gostam de dizer seus organizadores, foram criadas redes e articulações de movimentos, organizações, entidades e associações, que ao longo dos anos desenvolvem diversas atividades

conjuntas e participam das lutas em curso em seus países. As entidades brasileiras que participaram das três edições do FSM e organizaram sua realização fundaram um “Conselho Brasileiro” do FSM, que se reúne periodicamente para debater a organização e a mobilização deste evento que já é uma “coqueluche” mundial.

Foi o Conselho Brasileiro do FSM que tomou a iniciativa de realizar o I Fórum Social Brasileiro, uma vez

que uma grande quantidade de entidades e militantes não terão a possibilidade de se deslocar para a Índia, no próximo mês de janeiro, onde acontecerá o IV Fórum Social Mundial. Foram seis meses de preparação e profundos debates, principalmente sobre o caráter político do Fórum Brasileiro.

O FSB, tal como o Mundial, não tem poder de deliberação ou orientação sobre as entidades e movimentos que dele farão parte. Seu objetivo é criar um espaço de diálogo, que colo-

que em questão as principais demandas da sociedade brasileira. Possibilitando encontros, debate de opiniões, di-

vulgação de idéias e conquista de novos militantes. Seu foco central estará, sem sombra de dúvida, sobre a necessidade de superação do neoliberalismo no Brasil.

O grande desafio será fazer com que seu potencial esteja canalizado para o fortalecimento do movimento social brasileiro. A grande vitória será ver as diversas entidades participantes saindo com maior clareza sobre as plataformas de luta a serem desencadeadas, por soberania e trabalho, e mais conscientes da necessidade de unidade destes movimentos, superando a diversidade, para colocar o país no rumo das mudanças necessárias.

O debate sobre o conteúdo político do Fórum se desenvolveu durante todo o período de preparação e foi importante para que mais pessoas e entidades se envolvessem em sua construção. Todos querem apresentar suas questões e muitos vêem no FSB uma possibilidade de reorganização do movimento social. Uma gama enorme de atividades e encontros já está marcada e a seguir destacamos a estrutura do

Fórum e os espaços principais.

A alguns dias do Fórum já podemos vislumbrar o que nos espera. Uma grande marcha de abertura, organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais – CUT, UNE, MST – vai percorrer as ruas centrais da cidade de Belo Horizonte, com destaque para as bandeiras da Soberania Nacional, do Trabalho e da

Unidade dos Movimentos Sociais. Nos três dias que se seguirão os delegados e participantes em geral lotarão o ginásio do Mineirinho durante as manhãs para ouvir grandes nomes brasileiros e internacionais sobre temas candentes, como “A Superação do Neoliberalismo” ou “A Ação Global dos Movimentos Sociais”. No período da tarde mais de 800 atividades “auto-gestionadas” – propostas e organizadas pelas entidades inscritas – tomarão as salas de aula e auditórios da Universidade Federal de Minas Gerais. Por fim, ao anoitecer, os participantes terão a oportunidade de se deliciar com a música, o teatro e as atividades culturais preparadas durante meses pelos grupos mineiros. Nos encontramos em Belo Horizonte!

*cientista política, da direção nacional da UJS

A marcha de abertura, organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais, vai defender a Soberania Nacional, o Trabalho e a Unidade dos Movimentos Sociais

IMG e Fundação Perseu Abramo realizam debate sobre o futuro do Brasil

Com o tema *Desafios do Brasil: soberania e desenvolvimento econômico e social* o encontro pretende discutir, no dia 8, sábado, às 15 horas, uma estratégia de desenvolvimento nacional para o Brasil, como alternativa ao neoliberalismo, buscando um maior protagonismo do Estado brasileiro incentivando o avanço econômico, social e democrático do país.

Estão confirmados para o debate:

Renato Rabelo - presidente do PCdoB

José Genoíno - presidente do PT

Luís Gonzaga Belluzzo - economista, Unicamp

(uma autoridade do primeiro escalão do governo federal)

Acampamento da Juventude

O Acampamento da Juventude existe desde o I Fórum Social Mundial, sendo um espaço de conquista da juventude que se consolidou, ao longo de sua construção, privilegiando a manifestação da diversidade. O I Fórum Social Brasileiro não poderia ignorar esta história. Por isso, está sendo construído um Acampamento também em Belo Horizonte, onde todas as cores do Fórum certamente estarão presentes. Reforçando o caráter de integração da juventude com todo o Fórum, o espaço destinado ao Acampamento será no complexo do Mineirinho, estádio onde acontecerão as seis grandes conferências do FSB.

7 de novembro

14h - A Juventude e o Mundo do

Trabalho (UJS) - Auditório Prof. Bicalho - (Fafich-UFMG)

16h30 - Reformar a Universidade para Mudar o Brasil (UNE) - Auditório Sônia Viegas - (Fafich-UFMG)

8 de novembro

14h - Jornada de Democratização da Mídia

(CUT, UNE, MST) - Mineirinho

15h - Desafios do Brasil: soberania e desenvolvimento econômico e social - (IMG, Perseu Abramo)

9 de novembro

14h - Reforma Trabalhista e Sindical - (IMG, CUT)

14h - Juventude e Participação - (CEMJ) - Auditório Bicalho - Fafich - UFMG

14h - Violência no Trabalho: Uma jornada de humilhações - UBM

A agenda do Fórum Social Brasileiro

6 de novembro

Marcha de abertura - A partir das 15 horas, a marcha vai partir das praças da Rodoviária, Sete e Raul Soares; seguirá para a Praça da Assembléia, onde atos políticos e shows darão início às atividades do Fórum.

Conferências Mineirinho

7 de novembro

8h30 às 10h30 - Conferência 1 *Alca, OMC e dependência externa: estratégias econômicas de dominação*

Conferencistas: Sandra Quintela (Campanha contra a Alca); Carlos Juliá (Jubileu Sul e Diálogo 2000); Fátima Melo (FASE/REBRIP); Luis Fernandes (UFF)

11h às 13h - Conferência 2

Globalização Armada e militarização na América Latina

Conferencistas: Maria Luisa Mendonça (Rede Social); José Arbex; Dorinete (Movimento contra a base militar de Alcântara - moradora local)

8 de novembro

8h30 às 10h30 - Conferência 3 *Superação do neoliberalismo por meio de projetos democráticos, populares, não sexistas e anti-racistas de desenvolvimento sustentável*

Conferencistas: Nalu Faria (Rede Economia e Feminismo); João Quartim de Moraes (UNICAMP); César Benjamin (Consulta Popular); Jurema Werneck (Movimento Negro)

11h às 13h - Conferência 4

Justiça social, direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, gerações e superação do preconceito racial no Brasil

Conferencistas: Silvia Camurça (AMB); Leonardo Boff; Mary Castro; Alessandro Gama (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua)

9 de novembro

8h30 às 10h30 - Conferência 5 *Estado e movimentos sociais: repressão, cooperação, cooperação*

Conferencistas: Gilmar Mauro (MST); Blanca Chancoso (CONAIE); Luis Marinho (CUT) Cecília Coimbra (Tortura Nunca Mais)

11h às 13h - Conferência 6 *Ação global dos movimentos sociais*

Conferencistas: Moacir Gadotti (Fórum Mundial da Educação); Raimunda Mascena (Marcha Mundial das Mulheres); Rubens Diniz (UNE Brasil); Steen Meyer Thorsson

Barracão do B

O PCdoB terá um espaço de encontro durante todo o Fórum. Uma tenda no estacionamento do Mineirão, que abrigará ainda a UJS e a CSC será um ponto de parada, para um lanche, ouvir uma música, pegar material, trocar idéias e informações... Todos os dias no estacionamento do Mineirão.

Planeta Fêmea

Mulheres de todo o Brasil marcaram um ponto de encontro no I Fórum Social Brasileiro: o Planeta Fêmea. Criado durante a ECO-92 (Rio de Janeiro, 1992), sob coordenação da Coalizão de Mulheres Brasileiras e da REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano), se constituiu em um espaço das mulheres do mundo na ECO-92. Foi reeditado no I, II e III Fórum Social Mundial (Porto Alegre: 2001, 2002 e 2003) mantendo a idéia original de ser um espaço e ponto de encontro das mulheres para criar um vínculo entre a Agenda Ambiental da Sustentabilidade Planetária e a Agenda da Igualdade, como partes indispensáveis do sonho coletivo que estamos construindo: Um mundo melhor é possível. Em sua reedição no 1º FSB, o Planeta Fêmea, coordenado pela Rede Feminista de Saúde, está aberto à participação de mulheres que queiram apresentar suas experiências, ou simplesmente dialogar com outras – Todos os dias no Estacionamento do Mineirão.

CONFERÊNCIA DAS CIDADES

O Brasil quer arrumar a casa

“Um significativo avanço da democracia em nosso país”, diz o PCdoB

LUIZ CARLOS ANTERO, DE BRASÍLIA

Brasília e o Brasil viveram um momento significativo, entre as ocasiões mais marcantes dos dez meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O próprio presidente abriu, no dia 23 de outubro, a primeira Conferência Nacional das Cidades na qual, durante quatro dias movimentados, elaboraram e debateram exaustivamente 1.237 emendas ao texto-base da Conferência, sistematizando-as em 120 propostas que foram votadas nas plenárias finais realizadas no sábado e no domingo, 25 e 26 de outubro.

Depois da eleição do Conselho Nacional das Cidades, um organismo integrado ao Ministério das Cidades (composto por 70 integrantes, mais 70 suplentes e um observador de cada Estado), o ministro Olívio Dutra, encerrou o evento – que enfatizou o futuro dos municípios brasileiros em questões como acesso à moradia digna, saneamento ambiental, planejamento territorial urbano, transporte, geração de empregos, mobilidade e trânsito, além da indefectível questão da segurança.

Mas, por que esse evento foi tão concorrido? Uma das principais razões para esse entusiasmo reside na esperança de que, finalmente, um governo popular resolva o sufocante problema das cidades brasileiras, que hoje abrigam mais de 82% da população do país. Outra dessas razões está na consciência crescente, após décadas de ação dos movimentos pela reforma urbana, de que essas cidades caminham inexoravelmente para a barbárie, sob a influência do monopólio da propriedade territorial e das desastrosas consequências do receituário neoliberal que castigou o País nos anos 1990.

Como disse o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em nota que saudou a realização da Conferência Nacional das Cidades, o evento “expressa um significativo avanço da democracia em nosso país”. Isso se deve ao fato de que a população foi chamada a um intenso processo de educação política, algo impossível no ano passado. No termo final da realização das mais de 3.400 conferências municipais nos 27 estados brasileiros, um contingente superior a 350 mil pessoas compartilhavam das perspectivas que o governo Lula abre para o povo trabalhador brasileiro no sentido de ampliar a participação popular na formulação de soluções para as candentes questões urbanas do País.

Está certo o PCdoB nessa avaliação: trata-se de um acontecimento inédito em nossos 503 anos de História, no momento em que as cidades tornam-se o palco privilegiado das decisões políticas, a partir do fenômeno contraditório de um processo da divisão social do trabalho que atualiza a solução das questões agrária e urbana como essencial ao nosso desenvolvimento e ao futuro do Brasil e de seu povo. Não foi à toa, portanto, que parcela significativa das lideranças do país atendeu ao chamamento para o debate e implementação de uma reforma urbana compatível com a demanda por qualidade de vida que implica no tratamento das contradições mais agudas que afligem nossa gente. Por isso, a reforma agrária e a reforma urbana caminharam juntas nessa Conferência e em seus milhares de eventos preparató-



Favela do Bairro da Base em Rio Branco, capital do Acre

rios, reforçando também a relação e os laços entre os trabalhadores do campo e da cidade.

O PCdoB, por outro ângulo, externou seu orgulho pelo esforço de seus militantes, que desempenharam um papel fundamental em todo o processo da Conferência, mediante a atividade de seus quadros e militantes, presentes na Comissão Organizadora Nacional e em todos os níveis federativos, contribuindo com a elaboração de um documento que serviu para alimentar a base política e técnica do evento. Aliás, essa contribuição do PCdoB remonta aos anos finais do século passado, quando, na gestão do deputado Arruda à frente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior (CDUI) da Câmara dos Deputados, em 1999, impulsionou a aprovação do *Estatuto da Cidade* – projeto do senador cearense Pompeu de Souza que tramitou no Congresso Nacional desde o final dos anos 1980. Também no ano de 1999 foi realizada a experiência pioneira da Conferência das Cidades, na mesma gestão do PCdoB na CDUI, quando os movimentos sociais que lutaram ao longo de décadas pela reforma urbana encontraram um efetivo canal para suas aspirações.

Indiscutivelmente “já sabemos hoje o que fazer”. Entretanto, sabemos igualmente que o nosso esforço atual esbarra na carência de financiamento para as muitas necessidades dos nossos centros urbanos, que demandam imenso volume de recursos voltados para a moradia – o *locus* da questão urbana e principal problema a ser resolvido –, o que implica igualmente em equipamentos coletivos de consumo adequados. Ou seja: saneamento, transporte, pavimentação, saúde, educação, eletrificação, telefonia, são necessidades que ganham sentido somente quando pensamos a questão habitacional voltada para o imenso contingente da nossa população. Um contingente que precisa conhecer as possibilidades de reversão contidas na articulação entre as reformas agrária, a requerer grande volume de recursos, e urbana – que o ministro Olívio Dutra qualificou como “as duas próximas reformas”.

Assim, apresentando moções relativas ao repúdio quanto à renovação do Acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a uma Alca criada sob a hegemonia dos interesses dos EUA, o PCdoB ergueu e repercutiu na Conferência a necessidade de que é indispensável a adoção de um modelo de desenvolvimento nacional que priorize a distribuição da renda e o investimento nas políticas sociais – objetivos que apresentou como incompatíveis com a sangria dos recursos públicos imposta pelos acordos com o FMI: “Daí o clamor que se ergue na sociedade brasileira pela ruptura com essa rotina de acordos lesivos ao interesse nacional e social”.

E fez ecoar, em plenária, a nota do PCdoB: “Oferecemos nosso apoio ao governo Lula nesse sentido, realçando a conduta que tem adotado diante da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), obedecendo a uma justa orientação de política exterior – responsável por vitórias expressivas como a da formação do G-22 na Conferência da OMC em Cancún e pela defesa de Cuba contra o famigerado bloqueio promovido pelo imperialismo norte-americano” imposto ao bravo povo caribenho.

Destacaram-se, desde a abertura da Conferência, as palavras do presidente da República, reafirmando seu compromisso com os objetivos do movimento popular e ressaltando a importância da aprovação pelo Congresso Nacional do Fundo Nacional de Moradia Popular. “Sou signatário da proposição que cria o Fundo e, como não vou esquecer o que escrevi, vou me empenhar junto ao Congresso pela sua aprovação”, afirmou Lula. E destacou-se a atuação do Ministério das Cidades, com a presença firme de Olívio Dutra no estímulo à participação popular, semente das estratégias e profundas transformações sociais que se impõem rumo à plena liberdade e à igualdade social no Brasil.

Para isso, necessita o Brasil de uma atenção mobilizada das correntes populares voltadas para o enfrentamento de um complexo elenco de problemas estruturais na área do desenvolvimento urbano e rural. Tais movimentos enfrentarão, encorajando o governo federal, a batalha que implica na superação de uma herança que consiste, entre outros problemas de magnitude, um déficit habitacional superior a 6,6 milhões de moradias, além da falta de saneamento em pelo menos 50% dos domicílios brasileiros. Somente para construir as novas moradias necessárias e recuperar outras 12 milhões de habitações precárias, são necessários recursos da ordem de R\$ 12 bilhões a cada ano, ao longo de duas décadas. O representativo Conselho das Cidades eleito nesta Conferência Nacional poderá ser, com a participação popular ativa, um instrumento formidável na luta pelo objetivos mais avançados.

O potencial mobilizador embutido na realização de outros eventos voltados para a elaboração de políticas públicas, deve ser aproveitado nessa mesma direção, numa agenda que inclui, até março de 2004 – um ano de eleições municipais – conferências nacionais da Saúde, do Meio Ambiente e da Segurança Alimentar, entre diversas outras. O Brasil se move.

DOCUMENTOS PÚBLICOS

Alice Portugal contra o “sigilo eterno”

A deputada pretende derrubar o veto de FHC à divulgação de documentos

O sigilo eterno que impede a divulgação de documentos públicos classificados como ultra-secretos pode estar perto do fim: a deputada comunista Alice Portugal (PCdoB/BA) apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 11/03, que está para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Há dúvidas sobre o formato legal da proposta, mas não sobre o seu mérito.

O decreto é simples, e apenas revoga o decreto presidencial 4.553 (de 27 dezembro de 2002), editado por Fernando Henrique Cardoso no apagar das luzes de seu mandato – que aumentou de 30 para até 50 anos o período sigiloso de documentos classificados como ultra-secretos, prazo que – neste caso – pode ser renovado indefinidamente tornando assim

eterna a proibição de sua divulgação.

Se a proposição da deputada comunista baiana for aprovada, volta a valer o decreto 2.134, de 24 de janeiro de 1997, que estabelece os seguintes prazos por tipo de documento: reservado (5 anos), confidencial (10 anos), secreto (20 anos), ultra-secreto (30 anos), e que só pode ser renovado uma vez.

Essa pauta veio à tona porque o decreto de FHC extrapola o que determina a lei 8.159, de janeiro de 1991 que afirma: “O acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade será restrito por um prazo máximo de 30 anos (...) podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período.”

Com a derrubada do decreto de FHC, a legislação que regerá

gorar determina a criação de comissões de acesso pleno aos documentos em todos os níveis da Administração Pública. E tem um interesse muito grande porque na qualificação de secreto ou ultra secreto podem estar muitos documentos referentes à repressão ocorrida durante a ditadura militar, principalmente documentos referentes à Guerra de Araguaia.

I FÓRUM SOCIAL BRASILEIRO

“O Brasil te espera em Belo Horizonte!”

O grande desafio será o fortalecimento do movimento social brasileiro.

ANA MARIA PRESTES*, DE BELO HORIZONTE

O movimento social brasileiro realizará seu primeiro encontro de grande porte um ano após a eleição de Lula para a Presidência da República, o I Fórum Social Brasileiro, que vai acontecer em Belo Horizonte, entre os dias 6 e 9 de novembro de 2003. Sob o lema “Um Outro Mundo é Possível e Um Outro Brasil é Necessário” cerca de 20 mil pessoas passarão três dias reunidas no eixo UFMG – Mineirinho, no complexo da Pampulha, buscando construir um “belo horizonte” para as lutas em curso na sociedade brasileira e no mundo.

O Fórum Social Brasileiro é um desdobramento do Fórum Social Mundial, que aconteceu por três anos seguidos na cidade – com um nome não menos sugestivo – de Porto Alegre. Seu êxito foi ter colocado em evidência as contradições da globalização neoliberal, confrontando os representantes do Fórum Econômico Mundial de Davos. O último FSM contou com mais de 100 mil participantes, de 156 países e 5.717 organizações.

O Fórum Social Mundial extrapolou seus próprios limites e não se bastou em encontros anuais. No seu “processo”, como gostam de dizer seus organizadores, foram criadas redes e articulações de movimentos, organizações, entidades e associações, que ao longo dos anos desenvolvem diversas atividades

conjuntas e participam das lutas em curso em seus países. As entidades brasileiras que participaram das três edições do FSM e organizaram sua realização fundaram um “Conselho Brasileiro” do FSM, que se reúne periodicamente para debater a organização e a mobilização deste evento que já é uma “coqueluche” mundial.

Foi o Conselho Brasileiro do FSM que tomou a iniciativa de realizar o I Fórum Social Brasileiro, uma vez

que uma grande quantidade de entidades e militantes não terão a possibilidade de se deslocar para a Índia, no próximo mês de janeiro, onde acontecerá o IV Fórum Social Mundial. Foram seis meses de preparação e profundos debates, principalmente sobre o caráter político do Fórum Brasileiro.

O FSB, tal como o Mundial, não tem poder de deliberação ou orientação sobre as entidades e movimentos que dele farão parte. Seu objetivo é criar um espaço de diálogo, que colo-

que em questão as principais demandas da sociedade brasileira. Possibilitando encontros, debate de opiniões, di-

vulgação de idéias e conquista de novos militantes. Seu foco central estará, sem sombra de dúvida, sobre a necessidade de superação do neoliberalismo no Brasil.

O grande desafio será fazer com que seu potencial esteja canalizado para o fortalecimento do movimento social brasileiro. A grande vitória será ver as diversas entidades participantes saindo com maior clareza sobre as plataformas de luta a serem desencadeadas, por soberania e trabalho, e mais conscientes da necessidade de unidade destes movimentos, superando a diversidade, para colocar o país no rumo das mudanças necessárias.

O debate sobre o conteúdo político do Fórum se desenvolveu durante todo o período de preparação e foi importante para que mais pessoas e entidades se envolvessem em sua construção. Todos querem apresentar suas questões e muitos vêm no FSB uma possibilidade de reorganização do movimento social. Uma gama enorme de atividades e encontros já está marcada e a seguir destacamos a estrutura do

Fórum e os espaços principais.

A alguns dias do Fórum já podemos vislumbrar o que nos espera. Uma grande marcha de abertura, organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais – CUT, UNE, MST – vai percorrer as ruas centrais da cidade de Belo Horizonte, com destaque para as bandeiras da Soberania Nacional, do Trabalho e da

Unidade dos Movimentos Sociais. Nos três dias que se seguirão os delegados e participantes em geral lotarão o ginásio do Mineirinho durante as manhãs para ouvir grandes nomes brasileiros e internacionais sobre temas candentes, como “A Superação do Neoliberalismo” ou “A Ação Global dos Movimentos Sociais”. No período da tarde mais de 800 atividades “auto-gestionadas” – propostas e organizadas pelas entidades inscritas – tomarão as salas de aula e auditórios da Universidade Federal de Minas Gerais. Por fim, ao anoitecer, os participantes terão a oportunidade de se deliciar com a música, o teatro e as atividades culturais preparadas durante meses pelos grupos mineiros. Nos encontros em Belo Horizonte!

*cientista política, da direção nacional da UJS

A marcha de abertura, organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais, vai defender a Soberania Nacional, o Trabalho e a Unidade dos Movimentos Sociais

IMG e Fundação Perseu Abramo realizam debate sobre o futuro do Brasil

Com o tema *Desafios do Brasil: soberania e desenvolvimento econômico e social* o encontro pretende discutir, no dia 8, sábado, às 15 horas, uma estratégia de desenvolvimento nacional para o Brasil, como alternativa ao neoliberalismo, buscando um maior protagonismo do Estado brasileiro incentivando o avanço econômico, social e democrático do país.

Estão confirmados para o debate:

Renato Rabelo - presidente do PCdoB

José Genoíno - presidente do PT

Luís Gonzaga Belluzzo - economista, Unicamp

(uma autoridade do primeiro escalão do governo federal)

Acampamento da Juventude

O Acampamento da Juventude existe desde o I Fórum Social Mundial, sendo um espaço de conquista da juventude que se consolidou, ao longo de sua construção, privilegiando a manifestação da diversidade. O I Fórum Social Brasileiro não poderia ignorar esta história. Por isso, está sendo construído um Acampamento também em Belo Horizonte, onde todas as cores do Fórum certamente estarão presentes. Reforçando o caráter de integração da juventude com todo o Fórum, o espaço destinado ao Acampamento será no complexo do Mineirinho, estádio onde acontecerão as seis grandes conferências do FSB.

7 de novembro

14h - A Juventude e o Mundo do

Trabalho (UJS) - Auditório Prof. Bicalho - (Fafich-UFMG)

16h30 - Reformar a Universidade para Mudar o Brasil (UNE) - Auditório Sônia Viegas - (Fafich-UFMG)

8 de novembro

14h - Jornada de Democratização da Mídia

(CUT, UNE, MST) - Mineirinho

15h - Desafios do Brasil: soberania e desenvolvimento econômico e social - (IMG, Perseu Abramo)

9 de novembro

14h - Reforma Trabalhista e Sindical - (IMG, CUT)

14h - Juventude e Participação - (CEMJ) - Auditório Bicalho - Fafich - UFMG

14h - Violência no Trabalho: Uma jornada de humilhações - UBM

A agenda do Fórum Social Brasileiro

6 de novembro

Marcha de abertura - A partir das 15 horas, a marcha vai partir das praças da Rodoviária, Sete e Raul Soares; seguirá para a Praça da Assembléia, onde atos políticos e shows darão início às atividades do Fórum.

Conferências Mineirinho

7 de novembro

8h30 às 10h30 - Conferência 1 *Alca, OMC e dependência externa: estratégias econômicas de dominação*

Conferencistas: Sandra Quintela (Campanha contra a Alca); Carlos Juliá (Jubileu Sul e Diálogo 2000); Fátima Melo (FASE/REBRIP); Luis Fernandes (UFF)

11h às 13h - Conferência 2

Globalização Armada e militarização na América Latina

Conferencistas: Maria Luisa Mendonça (Rede Social); José Arbex; Dorinete (Movimento contra a base militar de Alcântara - moradora local)

8 de novembro

8h30 às 10h30 - Conferência 3 *Superação do neoliberalismo por meio de projetos democráticos, populares, não sexistas e anti-racistas de desenvolvimento sustentável*

Conferencistas: Nalu Faria (Rede Economia e Feminismo); João Quartim de Moraes (UNICAMP); César Benjamin (Consulta Popular); Jurema Werneck (Movimento Negro)

11h às 13h - Conferência 4

Justiça social, direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, gerações e superação do preconceito racial no Brasil

Conferencistas: Silvia Camurça (AMB); Leonardo Boff; Mary Castro; Alessandro Gama (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua)

9 de novembro

8h30 às 10h30 - Conferência 5 *Estado e movimentos sociais: repressão, cooperação, cooperação*

Conferencistas: Gilmar Mauro (MST); Blanca Chancoso (CONAIE); Luis Marinho (CUT) Cecília Coimbra (Tortura Nunca Mais)

11h às 13h - Conferência 6 *A Ação global dos movimentos sociais*

Conferencistas: Moacir Gadotti (Fórum Mundial da Educação); Raimunda Mascena (Marcha Mundial das Mulheres); Rubens Diniz (UNE Brasil); OCIAE; Steen Meyer Thorsson

Barracão do B

O PCdoB terá um espaço de encontro durante todo o Fórum. Uma tenda no estacionamento do Mineirão, que abrigará ainda a UJS e a CSC será um ponto de parada, para um lanche, ouvir uma música, pegar material, trocar idéias e informações... Todos os dias no estacionamento do Mineirão.

Planeta Fêmea

Mulheres de todo o Brasil marcarão um ponto de encontro no I Fórum Social Brasileiro: o Planeta Fêmea. Criado durante a ECO-92 (Rio de Janeiro, 1992), sob coordenação da Coalizão de Mulheres Brasileiras e da REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano), se constituiu em um espaço das mulheres do mundo na ECO-92. Foi reeditado no I, II e III Fórum Social Mundial (Porto Alegre: 2001, 2002 e 2003) mantendo a idéia original de ser um espaço e ponto de encontro das mulheres para criar um vínculo entre a Agenda Ambiental da Sustentabilidade Planetária e a Agenda da Igualdade, como partes indispensáveis do sonho coletivo que estamos construindo: Um mundo melhor é possível. Em sua reedição no 1º FSB, o Planeta Fêmea, coordenado pela Rede Feminista de Saúde, está aberto à participação de mulheres que queiram apresentar suas artes e experiências, ou simplesmente dialogar com outras – Todos os dias no Estacionamento do Mineirão.

FÓRUM SOCIAL BRASILEIRO
UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL
um outro brasil é necessário
DE 6 A 9 DE NOVEMBRO DE 2003
BELO HORIZONTE - MG - BRASIL



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

BOLÍVIA

Vitória do povo, derrota do imperialismo

Quatro bandeiras uniram os manifestantes: não à venda do gás, retirada do novo Código Tributário, fim da repressão ao povo e não à Alca

JOSÉ REINALDO CARVALHO* e RONALDO CARMONA**

A rebelião popular que sacudiu a Bolívia representou mais um revés importante para o imperialismo norte-americano na América Latina, sendo um marcante acontecimento político de enorme significado para as forças progressistas do continente. Não por acaso, ganhou ampla repercussão em todo o mundo.

Esse revés não foi sem motivo. A Bolívia vem sendo saqueada há muito tempo, como nos conta o escritor uruguaio Eduardo Galeano que, num artigo, constatou que “há cinco séculos a fabulosa riqueza da Bolívia maldiz os bolivianos, que são os pobres mais pobres da América do Sul”, e que hoje, os bolivianos “se negam a aceitar que aconteça com o gás o que já aconteceu com a prata, o salitre, o estanho e tudo o mais”. É um fato, que vem desde a época colonial. Como nos diz Galeano na “época colonial, a prata de Potosí foi, por mais de dois séculos, o principal alimento do desenvolvimento capitalista da Europa”. Potosí, “em meados do século 16, a cidade mais povoada, mais cara e mais esbanjadora do mundo, brotou e nasceu ao pé da montanha que emanava prata”.

As atuais manifestações tiveram uma primeira onda em fevereiro, (o “fevereiro negro”) que sacudiu o país como agora, e ensanguentou a Bolívia com a repressão e morte. A atual convulsão política, econômica e social que ocorreu no vizinho país andino, onde durante várias semanas, ininterruptamente, milhares de trabalhadores, camponeses, estudantes, indígenas e populares bloquearam estradas e realizaram enormes manifestações nas cidades bolivianas pedindo a renúncia do presidente Gonzalo Sanchez de Lozada, tem uma marca importante ao repor em cena a emergência do povo como ator político principal. Mas não se trata de um fato absolutamente novo: nos últimos dez anos, oito dos dez países sul-americanos tiveram governos depostos a partir da mobilização do povo.

O centro da política de Sanchez de Lozada foi o arrocho sobre o povo combinado com um descarado entreguismo. Em determinadas circunstâncias a fórmula é fatal. Sua aplicação cobra um impagável preço em sangue, suor e lágrimas de um povo já historicamente depauperado pela sucessão de governos antinacionais e antipopulares. Em face da inevitável ira popular os governantes comprometidos com semelhantes orientações se despem das vestes de democratas e se revelam por inteiro como sanguinários repressores. É por isso que, diversos em suas particularidades, os acontecimentos em curso na Bolívia carregam a mesma essência de violência política contra-revolucionária acionada pelo governo das forças conservadoras. Os tanques nas ruas, a repressão

Uma combinação fatal de arrocho, entreguismo e falta de legitimidade condenou Sanchez de Lozada

sangrenta, o verdadeiro massacre que já resultou na morte de dezenas de pessoas são a revelação eloqüente dos limites institucionais dos regimes conservadores vigentes em nosso continente. Na Bolívia, além disso, a política de arrocho e o entreguismo se entrelaçaram com uma crise de legitimidade, que vem da precária maioria obtida por Sanchez de Lozada no pleito presidencial de 2002, em que foi escancarada e abusiva a ingerência norte-americana. Para governar, o presidente constituiu uma megacolição juntando o que há de pior na constelação política do país e adotou um programa econômico patrocinado pelos Estados Unidos.

O estopim das mobilizações foi a anunciada venda do gás in natura – de longe, a principal riqueza natural do país – a partir do Chile. Afinal o tema da exploração do gás é tema central da agenda nacional do país vizinho, e é parte considerável das receitas de exportação da Bolívia. O desenvolvimento boliviano está muito vinculado às perspectivas de exploração dessa riqueza. As forças populares que conduziram a deposição de Lozada exigem sua industrialização, como forma de aumentar o valor agregado do produto. As multinacionais que controlam o produto boliviano trabalhavam com duas vias principais de escoamento: o Brasil, através do gasoduto Brasil-Bolívia e a rota pelo Chile, visando alcançar o mercado da costa oeste dos Estados Unidos.

A grande bandeira das forças populares da Bolívia foi a nacionalização do gás e a industrialização do mesmo antes da exportação, com vista a agregar valor ao produto. O debate é central para a Bolívia, porque nessa decisão estão, em grande parte, as perspectivas de desenvolvimento do pobre país sul-americano. Além disso, comunicado do Partido Comunista da Bolívia, emitido em 21 de outubro, aponta que foram quatro bandeiras que uniram os manifestantes: “não à venda do gás”, “retirada do novo Código Tributário” (que taxava fortemente

os salários dos trabalhadores), “anulação da lei de segurança cidadã” (repressão ao povo) e “não à Alca”.

O resultado da luta do povo boliviano, com a combatividade que demonstrou, representou conforme o comunicado citado, para o povo “um grande desenvolvimento de sua consciência política”, visto que “as massas se mobilizaram não tanto por seus interesses imediatos e concretos, mas por grandes objetivos patrióticos”.

A crise boliviana contém os ingredientes de uma situação que chegou ao limite. Somente em casos extremos, de deterioração da situação econômica, degradação da vida social e esgotamento do quadro político normal, chega-se a uma situação semelhante.

Como revelou Marcos Domich, primeiro-secretário do Partido Comunista da Bolívia o que está por trás da chamada Lei de Hidrocarbonetos e da decisão de exportar gás para os Estados Unidos: “Na geopolítica ianque, a

Bolívia tem um lugar marcado — ser fonte de hidrocarbonetos, saciar a fome de gás que tem a Califórnia, a quinta economia mundial, segundo cálculo de peritos. Conclusão: possuir 1.614 bilhões de metros cúbicos de gás não só é fonte de esperança como também de temores bem fundamentados, sabendo-se das ambições e da falta de escrúpulos de Bush e do seu petro-poder”.

As forças progressistas do país defenderam que, perante a renúncia do presidente Lozada o vice-presidente assumisse constitucionalmente o poder, com o compromisso de formar um governo provisório que em prazo hábil convoque uma Assembléia Constituinte para reorganizar o país. Foi a única solução para interromper o banho de sangue e abrir caminho à reconstrução da democracia e da soberania nacional na Bolívia. A queda de Lozada e a Presidência interina de Carlos Mesa representam menos um governo laica do imperialismo norte-americano na região. O próximo da lista pode ser o fascista presidente colombiano Álvaro Uribe que acaba de ser derrotado em seu “referendo” e nas eleições locais em seu país, incluindo a prefeitura de Bogotá.

*vice-presidente nacional do PCdoB e responsável por relações internacionais

**da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB



IRAQUE

Guerra sem fim

Ataques contra alvos ligados à ocupação anglo-americana quase atingem o subsecretário de Estado norte-americano Paul Wolfowitz

A resistência iraquiana contra os invasores comandados pelos EUA recrudescer nos últimos dias e, cada vez mais, torna-se realidade o dito segundo o qual “os Estados Unidos venceram a guerra, mas estão perdendo a Paz”. O objetivo da ofensiva iraquiana coincidiu com o início do Ramadã, demonstrando que os ocupantes estão longe de controlar a situação no país invadido.

Até a tarde do dia 28, o número de mortos nos recentes ataques que sacudiram Bagdá chegava a 43 e o de feridos a 224. Ataques com mísseis atingiram o Palácio da Conferência e, no dia 26, um ataque quase atingiu o subsecretário de Estado norte-americano, Paul Wolfowitz — quando um míssil explodiu no Hotel Rachid, onde os norte-americanos instalaram sua administração. Nesse ataque um coronel dos EUA e cerca de vinte pessoas ficaram feridos.

Dois mísseis foram lançados

do distrito vizinho de Al-Dora. Pouco depois, o hotel Al-Mansur Meliá também foi alvo de um atentado com explosivos. Em seguida, a sede do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em Bagdá foi atacada. Pelo menos 12 pessoas morreram e 15 ficaram feridas, quando uma ambulância carregada de explosivos foi detonada.

O pior ataque contra a força policial iraquiana a serviço dos invasores aconteceu quando um veí-

culo carregado de explosivos conduzido por um suicida explodiu perto do posto de controle da delegacia de polícia de Al-Siadiya, no bairro de Shaab. Após a forte explosão, restaram cerca de 20 carros em chamas e a fachada do edifício totalmente destruída.

A resistência iraquiana atacou também os arredores do Ministério de Petróleo, Indústria e Mineração pró-EUA, assim como uma delegacia de polícia do distrito de Al-Baya, ao sul da cidade e onde

vários policiais iraquianos e militares norte-americanos ficaram feridos. Nesta violenta jornada no começo do Ramadã, outro ataque aconteceu no norte do país contra um trem que transportava produtos petrolíferos.

Três soldados norte-americanos morreram e quatro ficaram feridos em dois ataques cometidos por grupos resistentes em Bagdá. Dois membros do Divisão Couraçada do Exército norte-americano perderam a vida e ou-

tros dois ficaram feridos quando uma bomba colocada na calçada explodiu à passagem de seu veículo. Outro soldado morreu e dois ficaram feridos num segundo ataque, este com bombas, numa ação contra a prisão de um iraquiano, no oeste de Bagdá. O ataque causou a morte de um policial militar norte-americano que fazia vigilância junto a seus companheiros feridos.

O representante de Bush, seguindo o padrão das versões dos invasores, disse que o ataque foi obra de simpatizantes do presidente Saddam Hussein, que não aceitam o Iraque “livre”. Na mesma linha, Nabeel Jouri, segundo na hierarquia do Ministério das Relações Exteriores iraquiano, pró-EUA, disse que os invasores não deixarão o país, apesar da resistência. “Nunca saíram do Iraque sem antes haverem cumprido sua missão: a ocupação e a desdemocratização do país”, disse o representante do governo títere.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

Brasil e Ucrânia unidos na exploração espacial

Será criada uma empresa binacional, a Alcântara Cyclone Space

VERÔNICA BERCHT

Os presidentes da Ucrânia, Leonid Kuchma, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, assinaram, na segunda quinzena de outubro, um esperado acordo de cooperação que permitirá a exploração comercial da Base de Alcântara, no Maranhão. De lá partirão os foguetes ucranianos Cyclone-4 para colocar satélites de grande porte em órbita. Na ocasião, os presidentes assinaram também um memorando estabelecendo a efetiva cooperação tecnológica entre Brasil e Ucrânia.

O acordo estabelece a criação, pelas agências espaciais do Brasil e da Ucrânia, de uma empresa binacional, a Alcântara Cyclone Space – da qual participarão a estatal brasileira Infraero e três empresas estatais ucranianas –, que será responsável pelas operações do foguete Cyclone-4 a partir do Centro de Alcântara. Ele já entrou em vigor e beneficiará o Brasil ao transferir tecnologia para o desenvolvimento completo do veículo lançador de satélites nacional, o VLS-1.

Os países dividirão investimentos em infraestrutura no valor de US\$ 100 milhões, e estão previstos investimentos ucranianos de US\$ 40 milhões em inovações no foguete, cujo primeiro lançamento está previsto para o segundo semestre de 2006, e o primeiro lançamento comercial, para 2007. "Além disso, o Brasil vai investir US\$ 30 milhões em infra-estrutura básica, que envolve desde equipamentos até alojamentos", diz Luiz Bevilacqua, diretor da Agência Espacial Brasileira (AEB), em artigo publicado no *Jornal da Ciência* (20/10/2003).

O atual acordo entre o Brasil e a Ucrânia é mais um passo na forte parceria desenvolvida entre os dois países ao longo dos últimos seis anos e que vai além da área espacial. Na área energética o consórcio ucraniano-brasileiro está prestes a fabricar no Brasil turbinas de pequena e média potência, com tecnologia ucraniana. O país foi o único que aceitou transferir gradualmente essa tecnologia aos brasileiros. "Não nos restringimos à simples venda", disse Leonid Kuchma, um engenheiro espacial de 65 anos, reelei-



O presidente Leonid Kuchma, da Ucrânia, cumprimenta Lula durante a visita que celebrou o acordo em Brasília

to em 1999. O equipamento ucraniano – turbinas (hidrelétricas, a gás e a vapor), geradores, transformadores e linhas de transmissão – ganhou boa reputação e funciona perfeita-

mente na Argentina, no Brasil, Uruguai, México. Na Ucrânia, além das usinas tradicionais, estão em funcionamento geradores solares e eólicos.

Satélite sino-brasileiro já está em órbita

O satélite Cbers-2 vai coletar informações ambientais para China e Brasil e precede outros dois aparelhos a serem lançados até 2010

RENY FERES

Na madrugada de 21 de outubro, o Cbers-2 (o segundo Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, na sigla em inglês) foi colocado em órbita. Sua missão foi protocolada pelo ministro da C&T, Roberto Amaral, e o ministro da CT e Indústria para a Defesa Nacional da China, Zhang Yunchuan, no Programa de Cooperação Espacial Brasil e China.

O equipamento decolou do Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan, no norte da China, e deve operar no espaço por dois anos, a 778 km da Terra.

Com câmeras de alta resolução, que produzem imagens geradas por um software 100% brasileiro em uma faixa de 113 quilômetros, ele permite o acompanhamento de desmatamentos e queimadas, pesquisas ambientais e

agrícolas e planejamento urbano. Já na tarde do dia seguinte, técnicos da Estação de Recepção de Imagens de Satélites de Cuiabá (MT) captaram a primeira imagem do satélite, quando passava sobre o Brasil. Lançado com atraso de cinco anos, o Cbers-2 cobre toda a Terra em 26 dias.

Os investimentos com o Cbers-2 foram de US\$ 50 milhões – 70% dos chineses e 30% do Brasil. Foi totalmente integrado e testado nos laboratórios do Inpe, em São José dos Campos, o que permitiu a aquisição de novos conhecimentos em satélites de grande porte. O programa total, que incluiu o lançamento do Cbers-1 em 1999, custou US\$ 300 milhões. Em breve serão iniciados estudos para os lançamentos dos Cbers-3 e 4, que encerrarão a série em 2010.

Marco significativo da colaboração com a China

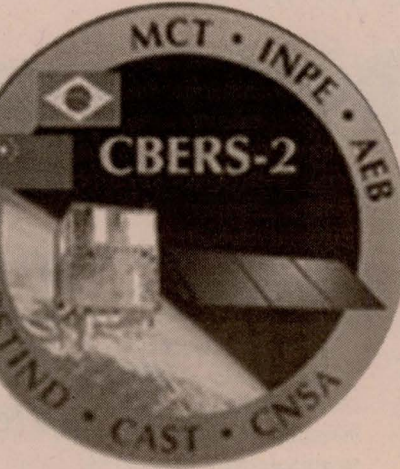
LUIZ CARLOS MOURA MIRANDA*

O lançamento do Cbers-2 representa um marco muito significativo para o Programa Espacial Brasileiro. Este evento coroa uma primeira fase da colaboração extremamente bem sucedida do Brasil com a China na área de fabricação, colocação em órbita e aplicações de satélites de grande porte.

O Cbers-2 é um satélite de sensoriamento remoto da Terra, com características únicas em função das suas câmeras CCD, IRMSS e WFI. Atende a múltiplas aplicações tais como agricultura, floresta, uso da terra, meio ambiente, recursos hídricos, etc.

Em relação ao Cbers-1, lançado em outubro de 1999, foram introduzidas várias melhorias, notadamente no que tange à qualificação de alguns instrumentos e dos sistemas de processamento e controle de qualidade das imagens a serem geradas.

O Programa Cbers representa não só um salto qualitativo de grande importância para o Programa Es-



pacial Brasileiro, mas também um marco pioneiro no relacionamento recente entre o Brasil e a China.

Ao longo desses quinze anos de profícua colaboração com nossos colegas chineses foram sendo desenvolvidos fortes laços de amizade, respeito e apreço entre as nossas equipes do Inpe e as da Cast.

Os desafios técnicos que este Programa proporcionou a nossos engenheiros, técnicos e pesquisadores representaram importante

fator de amadurecimento de nossas equipes.

A consecução da fase atual do Programa Sino-Brasileiro é demonstração objetiva da competência e diligência de nossas equipes envolvidas neste Programa e representou oportunidade única para o envolvimento de nosso setor industrial na área de fabricação de componentes de satélites.

Tenho plena convicção que as autoridades dos dois países estão não só satisfeitas com os trabalhos e realizações alcançadas pelo Programa, mas, sobretudo, comprometidas com sua continuidade.

Finalmente, quero deixar aqui registrados, em nome da comunidade Inpeana, nossos calorosos agradecimentos aos técnicos e engenheiros dos dois países não só pela competência demonstrada, mas, principalmente, pelo exemplo de cooperação, profissionalismo e abnegação.

*diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), artigo divulgado no sítio do Inpe.

TRABALHADORES

Seminário sobre organização sindical e conflito trabalhista

Os sindicatos precisam ser fortalecidos, e sua fragmentação não interessa a um projeto de desenvolvimento nacional

A reforma sindical e trabalhista está no horizonte dos trabalhadores brasileiros e, para contribuir para o debate, a Comissão Sindical Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), juntamente com o Centro de Estudos Sindicais (CES) e o Instituto Opinião Iuris realizaram dias 27 e 28 o "Seminário Nacional sobre Reforma Sindical, Organização Sindical e Negociação Coletiva - Composição de Conflitos", voltado para dirigentes sindicais e de ramos e categorias profissionais e advogados. Debateu temas discutidos no Fórum Nacional do Trabalho e no Fórum Sindical dos Trabalhadores. O seminário teve a participação de João Guilherme Vargas Neto, consultor sindical; Osvaldo Bargas, secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; Sérgio Mendonça, economista e diretor técnico do Dieese; Sérgio Barroso, mestre em economia pela Unicamp e do Instituto Maurício Grabois; Luiz Alberto Vargas, juiz do trabalho do TRT da 4ª Região e Márcio Pochman, Secretário do Emprego e Relações de Trabalho da Prefeitura de São Paulo.

O documento-base, apresentado ao seminário pela Comissão Sindical Nacional (ampliada) do PCdoB, intitulado "Uma nova estrutura sindical para o novo tempo em nosso país", alerta para o debate das "regras da luta entre o capital e o trabalho, tema que interessa não só aos trabalhadores, mas a todas as forças democráticas, patrióticas e progressistas deste país". A Corrente Sindical Classista "lutará pela manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, por uma política de pleno emprego, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela melhoria do ambiente e da saúde no trabalho, pela igualdade no trabalho. Tudo isto passa pelo fortalecimento da organização sindical. A fragmentação da organização sindical (por exemplo, o sindicato por empresa) serve ao projeto neoliberal e à perspectiva de desregulamentação do mercado de trabalho e não a um projeto de desenvolvimento nacional com valorização do trabalho e com geração de emprego e renda, que exige sindicatos fortes e representativos. Por isto, o objetivo da reforma sindical e trabalhista no ponto de vista dos trabalhadores e das forças progressistas deve consistir em fortalecer os sindicatos, manter e ampliar os direitos sociais e atualizá-los diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho".

Os classistas reafirmam os "princípios de unidade, liberdade e autonomia sindical. Na Constituição de 1988, os trabalhadores avançaram nesta conquista, rompendo com a estrutura ministerialista, com a carta sindical, o estatuto padrão, assim como ampliaram os direitos trabalhistas, estendendo-os aos trabalhadores do campo, legalizando a organização sindical dos servidores públicos e proibindo a intervenção do Estado nos Sindicatos. Mas não conseguiram ainda garantir o pleno direito de atividade sindical, da organização sindical no local do trabalho e o amplo direito de greve".

Para a CSC, a legislação deve regulamentar o direito de organização dos trabalhadores no interior das empresas (OLT) com caráter unitário, com integrantes sindicalizados e protegidos por estabilidade no emprego, sendo eleita por todos trabalhadores e organizada e acompanhada pelo sindicato e ou central com base na empresa. Defende também a liberdade e autonomia com unicidade sindical por ramo de atividade, mas "será necessário ampliar a abrangência das entidades sindicais ao ramo de atividade e garantir que todos trabalhadores de uma mesma empresa ou região possam se sindicalizar em um só sindicato, incluindo-se aí os desempregados. Os trabalhadores de categorias diferenciadas e os terceirizados devem se organizar no sindicato do ramo preponderante".

Repensando a organização da estrutura vertical, os classistas consideram que o ramo de atividade "é o que mais se aproxima de toda cadeia produtiva, da extração à distribuição". As confederações e federações deverão obedecer a critérios de representatividade nacionais e estaduais. Se estadual, deve levar em conta o número de sindicalizados, sindicatos e municípios. Se nacional, o número de sindicalizados e estados.

Os trabalhadores enfrentam o desafio de "conquistar a legalização das centrais com poder de negociação e de celebração de contrato coletivo de trabalho, para fortalecer sua representação política e econômica na sociedade,

e em especial diante do capital". A estrutura sindical defendida pelos comunistas "começa pela representação sindical unitária no local de trabalho; sindicato único por ramo de atividade, federação e confederação por ramo de atividade; legalização das centrais sindicais, considerando

critérios de representatividade. A relação entre as diversas instâncias da organização sindical deve ser de filiação".

É proposta a criação do Conselho Nacional de Reconhecimento Sindical, mantido por recursos públicos, com representação dos trabalhadores e do governo, com o objetivo de fiscalizar o registro do sistema sindical, instruir e julgar as reclamações que envolvam as entidades sindicais que integram ou pretendem integrar o sistema sindical.

Deverá também ser definido um Código Eleitoral para garantir um processo democrático nas eleições para renovação das gestões sindicais, coibir irregularidades nos pleitos sindicais e modernizar a votação com a instituição de urnas eletrônicas."

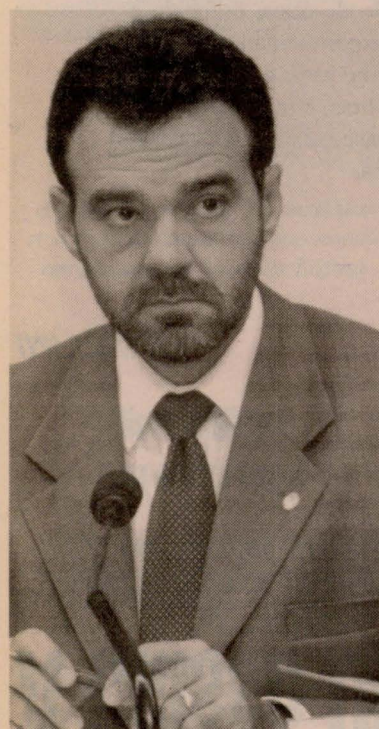
Para João Batista Lemos, secretário sindical do Comitê Central do PCdoB e coordenador da CSC, "o sindicato que mais interessa aos trabalhadores na defesa dos seus interesses é unitário, de luta e democrático. Com a visão crítica e propositiva, construiremos nossa proposta com o conjunto do movimento sindical. Vamos ao debate e à luta".

O advogado Augusto Madeira, da Comissão Sindical Nacional do PCdoB, considera que a negociação coletiva deve ser fortalecida, e o Estado ter a função de equilibrar a relação dentre desiguais. Uma antiga aspiração do movimento sindical é a unificação, dentre as diversas categorias, da data de negociação. "O que for acordado deverá vigor durante o prazo de validade estabelecido pelas partes, sendo vedado aos patrões denunciarem unilateralmente o contrato coletivo. Enquanto não for concluída a nova negociação para renovar o contrato vencido, as cláusulas deste devem continuar a valer, com o efeito da ultra-atividade", afirma o advogado.

A CSC quer a organização dos trabalhadores nas empresas com caráter unitário, e liberdade e autonomia com unicidade sindical por ramo de atividade

Audiência pública na Bahia

Na pauta, uma reivindicação fundamental dos trabalhadores: a jornada de 40 horas semanais sem a diminuição de salários



Daniel Almeida

Questões como a proposta da redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários e a unicidade sindical estão sendo temas das audiências públicas que discutem em todo o país a reforma trabalhista, que segundo o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT/SP), será prioridade do governo após a aprovação da reforma tributária.

Uma dessas audiências ocorreu no dia 20, no auditório da reitoria da Universidade Federal Bahia, promovida pela Comissão Especial da Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados e pela Comissão do Trabalho, Emprego e Renda da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, envolvendo parlamentares e representações de entidades trabalhistas. A audiência foi proposta pelos deputados federais Daniel Almeida, vice-líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, e Luís Al-

berto (PT/BA) e o estadual Álvaro Gomes (PCdoB/Ba).

Segundo Daniel Almeida, a reforma trabalhista pode viabilizar um pleito fundamental da classe trabalhadora: a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem a diminuição de salários. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já declarou ser favorável à proposta. Está tramitando na Casa a PEC Inácio/Paim, do deputado Inácio Arruda, líder do PCdoB na Câmara Federal, e do ex-deputado, agora senador, Paulo Paim (PT/RS), que trata da redução da jornada para 40 horas e gradual para 35 horas. A PEC também vincula a jornada menor com a qualificação e a escolarização dos trabalhadores. A proposta já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Outra proposta de Daniel Almeida encaminhada para a Comis-

são de Constituição e Justiça é a PEC 175/03, que visa aumentar para dez anos o prazo para a prescrição de ações na Justiça trabalhista, após dois anos da extinção do contrato de trabalho, valendo a norma para trabalhadores urbanos e rurais. A Constituição Federal, através do inciso XXIX do art. 7º, determina que a prescrição para ações trabalhistas ocorre após cinco anos, desde que o empregado ajuíze a reclamação trabalhista dentro de dois anos da extinção do contrato, incluído o prazo do aviso prévio.

A dívidas trabalhistas devem adotar o mesmo critério do Código Civil, que determina um prazo de dez anos para qualquer dívida prescrever.

Contudo, principalmente na população de baixa renda, muitas vezes o trabalhador não tem conhecimento e clareza sobre seus direitos ou pelo menos daqueles

que foram violados durante a relação de emprego. A proposta adotada, para as relações entre patrões e empregados, o mesmo critério que o Código Civil determina para as relações entre credores e devedores: segundo o artigo 205 do Código, as dívidas só prescrevem depois de dez anos.

"Não estamos tratando também aqui de uma questão envolvendo credores e devedores?", questiona Daniel. Nas relações trabalhistas, o prazo de somente cinco anos para prescrição das dívidas atinge justamente o patrimônio advindo diretamente do bem maior dos empregados, sua força de trabalho. Por isso, diz Daniel, a proposta de ampliação desse prazo, de acordo com a "prescrição geral do novo Código Civil, não tem sentido, pois contraria o sentido de assegurar certeza às relações jurídicas do trabalho".

GALILEU GALILEI

Caminho dos que pesquisam a verdade

O Ensaaiador, publicado sob a Inquisição, há 380 anos, indica as bases do método científico de abordagem e pesquisa da realidade

CARLOS POMPE

Em 1618, três cometas passaram pela Terra. Galileu Galilei não os viu, mas os usou como pretexto para seu livro "O Ensaaiador" (*Saggiatore*), com prefácio de 20 de outubro de 1623, assinado pelos acadêmicos dos Linceus. Na obra, apresenta várias considerações sobre a realidade e a possibilidade de seu conhecimento.

Numa época em que o Vaticano ditava o que podia ou não ser publicado e que opiniões garantiriam ou não a própria existência de quem as manifestava, Galileu, mesmo com fortes ligações no alto clero, confessa sua "covardia. Porém, mesmo sendo muito pobre de coragem e forças, sou rico de honra".

No mesmo 1623, Matteo Barberini, admirador de Galileu, foi eleito papa, adotando o nome de Urbano VIII. Em 1616, Barberini havia se oposto a um decreto do Santo Ofício e intercedeu a favor de Galileu. Em 1620, dedicou-lhe o poema *Adulatio Perniciosa* (Perigosa Adulação). Depois de eleito papa, chamou-o à sua presença, cumulou-o de favores e manteve com ele seis longas conversações.

Galileu, em "O Ensaaiador" aponta duas espécies de qualidades de um objeto: as que podem ser descritas numericamente, e as que não o podem. A velocidade e a posição de um objeto, por exemplo, são qualidades primárias, porque podemos medi-las. As qualidades secundárias, como o odor ou a beleza, existem apenas na mente do observador, e não podem ser medidas. Galileu indicava que ciência é medida.

Com estilo elegante, conta parábolas e polemiza com os que não concordavam que a realidade é alheia ao observador. Afirmando o pensamento mais avançado de sua época, nas pesquisas, escreve: "A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não pode se compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os

caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto."

Vive a dificuldade imposta pelos dogmas e, já nesta obra, refuta publicamente a opinião de Kepler "referente à mobilidade da Terra, opinião que pia e santamente não pode ser aceita" e todas "as proposições que são declaradas contrárias às Sagradas Escrituras".

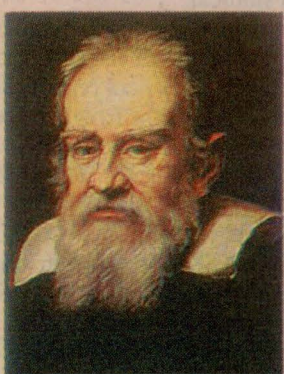
Mesmo sendo um cientista reconhecido, num ambiente assim hostil à busca do real, Galileu tateia em apresentar sua visão "com a finalidade mais que honesta de facilitar mais o caminho daqueles que pesquisam a verdade". Contesta a idéia dos que pensam que para filosofar "seja necessário apoiar-se nas opiniões de algum célebre autor, de tal forma que o nosso raciocínio, quando não concordasse com as demonstrações de outro, tivesse que permanecer estéril e infecundo".

Para ele, "não é pela abundância, mas pela eficácia das palavras que se deve argumentar a estima que os outros possuem das coisas relatadas. Como todo mundo sabe, existem demonstrações que por sua própria natureza não podem desenvolver-se sem abundância de explicações, e outras cuja abundância de explicações resultaria de todo supérflua e maçante". Indica a postura que os cientistas vêm abraçando, nem sempre com êxito, mas com perseverança: "não afirmar como verdadeiras a não ser as coisas que conhecemos como indiscutíveis".

Por força das circunstâncias, e do poder da Igreja Católica, Galileu morreu dizendo que a Terra não se movia, mas registrou nesta sua obra que "infinito é o bando dos estúpidos, isto é, daqueles que não entendem nada". E admitiu sua dimensão diante da

realidade que nos cerca: "Eu confesso não ter a visão tão perfeita, pelo contrário, confesso ser como aquele macaco que acredita firmemente ver no espelho um outro macaco, e nem reconhece seu erro se quatro ou seis vezes não tenha ido atrás do espelho para agarrar a imagem, tanto aquela imagem se lhe apresente viva e verdadeira".

Para enfrentar esta ilusão de ótica, defendia a postura de um ensaiador, ou experimentador – talvez uma tradução mais adequada para o *Saggiatore* galileiano. Por esta e outras obras, o matemático, físico, astrônomo e teórico renascentista, é considerado o criador da física moderna.

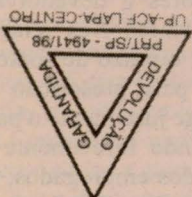


Galileu, matemático, físico, astrônomo e teórico da Renascença é considerado criador da física moderna



Capa da 1ª edição de O Ensaaiador, de 1623

IMPRESSO



CDM
 CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP
 ALAMEDA SARUTAIÁ, 185 - JARDIM PAULISTA
 TEL.: (11) 3054 1800
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois